

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições da legislação societária, normas aplicáveis e estatutárias, a Companhia Riograndense de Saneamento submete o Relatório da Administração à apreciação dos acionistas.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Disponibilizar 1,5 bilhão de litros de água potável por dia, todos os 365 dias do ano, para seis milhões de consumidores é tarefa que impressiona. No entanto isso é apenas rotina para a população. A universalização no abastecimento de água não é uma conquista de momento, mas fruto de uma caminhada que iniciou ainda nos anos 1960, e que inscreveu definitivamente o nome CORSAN no mapa do Rio Grande do Sul. Nessas cinco décadas, cada passo dado carregou a marca do desafio e da superação, palavras hoje ressignificadas no reconhecimento e na confiança que cada usuário deposita na Companhia.

Mas nessa história a via é de mão única: só se pode avançar. Abastecer com qualidade e regularidade exige cuidar da água do início ao fim do ciclo. Não só captar, tratar e distribuir, mas proteger os mananciais concentrando forças para universalizar a coleta, o tratamento e a adequada destinação do esgoto. Esse é o principal desafio que ora se apresenta, e do qual a CORSAN não se desvia.

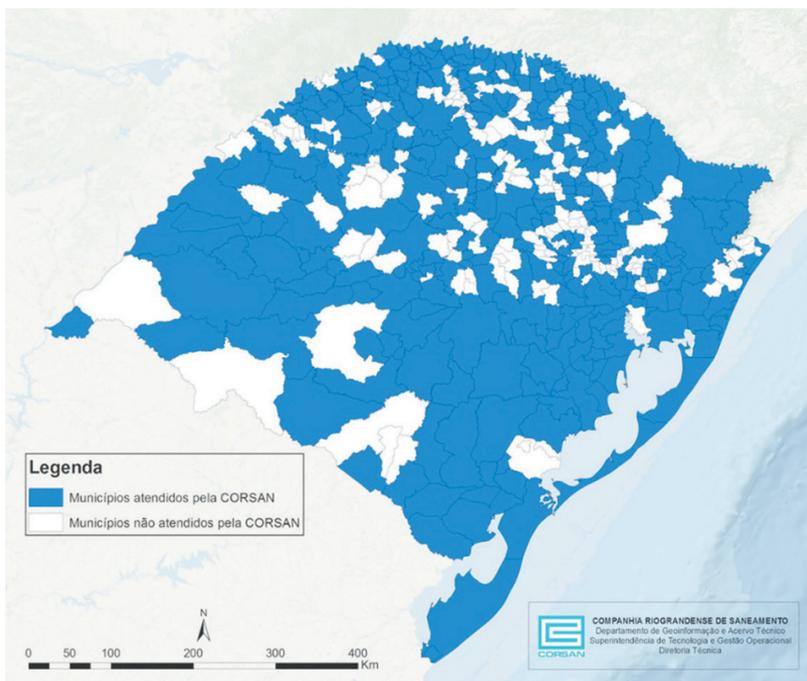
Para conquistar a universalização em esgotamento sanitário, será necessário investir mais de R\$10 bilhões em obras de infraestrutura. Com recursos próprios insuficientes para fazer frente a tamanho volume de investimento, a opção foi o financiamento. A princípio se recorreu ao mercado interno. Todavia, a recessão vivida pelo país e o contingenciamento de verbas por parte do governo federal desaceleraram tanto as novas contratações quanto o desembolso de valores já contratados. Diante desse ambiente econômico desfavorável, foi preciso se lançar em novas direções, tais como a modelagem de uma parceria público-privada e a prospeção de financiamentos junto a instituições de fomento internacionais. Além de diversificar as formas de financiar as obras de maior envergadura, a demanda por universalização estimulou a empresa a explorar com maior vigor alternativas como a Solução Individual e a Solução Mista, cujo foco é utilizar e otimizar infraestruturas já disponíveis.

Conquistar e manter a universalização em água e esgoto é, sem dúvida, o motor primeiro da CORSAN. No entanto, atuar como empresa pública competitiva no setor de saneamento implica desafios que transcendem a expansão e a operação. Cada vez mais é preciso investir na saúde da organização, do ponto de vista do equilíbrio econômico-financeiro, da qualidade dos produtos e processos, da satisfação dos clientes, da interlocução com o poder concedente e os reguladores, e da posição no mercado concorrencial. Nesse enfrentamento, a CORSAN se vale do Planejamento Estratégico como apoiador da tomada de decisão; bem como do desdobramento da estratégia em todos os níveis da empresa. Nesse horizonte, o relatório da administração sintetiza não apenas a estratégia, mas o que dela se concretizou no ano de 2017.

A CORSAN

Criada na década de 1960 com o objetivo de promover a saúde e a qualidade de vida da população, a CORSAN tem como norte preservar os recursos hídricos para assegurar o fornecimento de água potável às comunidades, seja para consumo humano, seja para atividade econômica. A vocação para cuidar da água do início ao fim de seu ciclo sintetiza a atividade fim da Companhia: prestar serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para residências, empresas e órgãos públicos.

Do ponto de vista do regime jurídico, a CORSAN é uma sociedade de economia mista de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades por Ações, cujo acionista controlador é o Estado do Rio Grande do Sul, detentor de 99,99% do capital social. Nesse arranjo institucional, a empresa configura-se como braço estratégico do governo na execução das políticas públicas de saneamento básico, sendo concessionária dos serviços de água e esgoto em 317 dos 497 municípios gaúchos. Embora não detenha concessão na capital, a Companhia mantém contrato com a maioria das cidades da região metropolitana de Porto Alegre, fator que contribui decisivamente para sua posição de protagonista no setor de saneamento do Rio Grande.



Em sua área de abrangência, a Companhia vê plenamente consolidada a universalização no segmento água, superando 96% de Nível de Universalização de Água (NUA) nos últimos anos. Hoje, mais de dois terços da população do estado recebem, em casa, água potável produzida pela CORSAN. A seguir, alguns números representativos do ano de 2017.



Quanto ao segmento esgoto, os atuais 14% de Nível de Universalização de Esgoto conectado (NUE-c) significam que ainda há muito a ser feito, fato que move a Companhia a concentrar e acelerar os investimentos na ampliação da cobertura. Somente em 2017, foram aplicados mais de R\$170 milhões (considerando recursos próprios e de terceiros) em obras por todo o estado, como estações de tratamento e redes coletoras. As 30 mil ligações disponibilizadas por conta desses investimentos permitem que se alinje uma universalização próxima dos 20%. Quanto mais ligações forem efetivadas, mais próximos se tornam o NUE conectado e o NUE disponibilizado, tendência que se espera confirmar com a consolidação da cobrança pela disponibilidade do sistema de esgotamento sanitário. Além disso, passou-se a explorar tecnologias já então inéditas no âmbito da empresa, como a solução individual e a mista. Ainda nesse horizonte de prospeção de soluções para o esgotamento sanitário, a CORSAN voltou-se à Parceria Público-Privada (PPP) como alternativa de universalização para a região metropolitana de Porto Alegre.

Tendo em vista que a CORSAN é uma empresa pública não dependente de repasses do Estado, todo o custeio, os investimentos com recursos próprios e a amortização dos financiamentos são suportados pela receita advinda da tarifa. Para viabilizar o equilíbrio tarifário, a política de subsídio cruzado praticada pela Companhia permite não apenas a manutenção do mercado, mas torna possível o atendimento universalizado às diferentes comunidades, principalmente aquelas menos desenvolvidas economicamente.



Infraestrutura

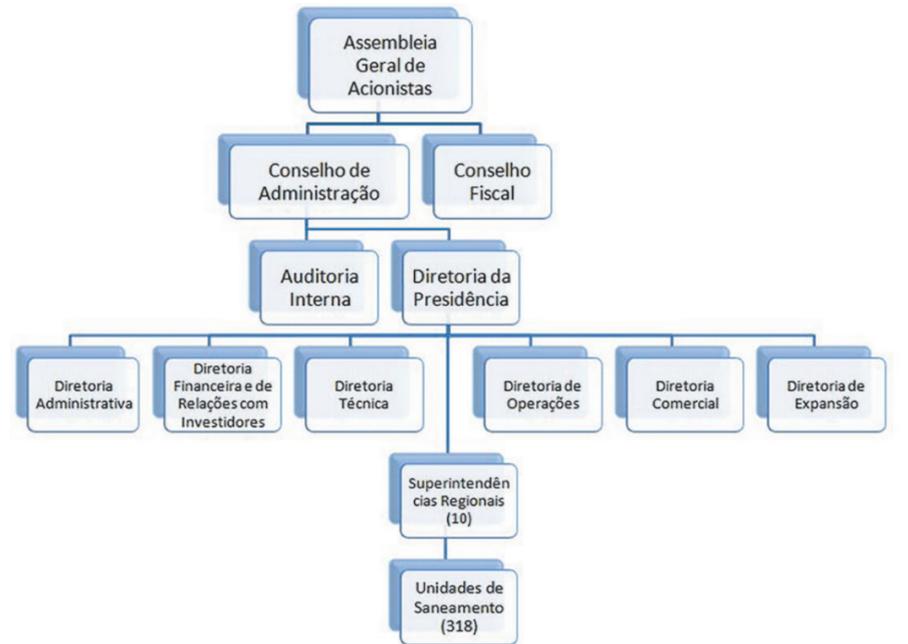


Estrutura Organizacional

No que se refere à estrutura organizacional da CORSAN, cabe ao Conselho de Administração orientar os atos de gestão da Diretoria Executiva, proteger o patrimônio da Companhia e promover a realização do objeto social. O Conselho é um órgão de deliberação colegiada, com membros eleitos em Assembleia Geral de Acionistas para representarem o acionista majoritário e os minoritários. Diretamente vinculada ao Conselho de Administração, encontra-se a Auditoria Interna. Em paralelo ao Conselho de Administração, encontra-se o Conselho Fiscal.

A responsabilidade de gerir os negócios da Companhia, em sintonia com a visão, missão, valores e objetivos estratégicos, cabe à Diretoria Colegiada, composta pela Diretoria da Presidência e demais diretorias: Diretoria Administrativa, Diretoria Comercial, Diretoria de Expansão, Diretoria de Operações, Diretoria Financeira e de Relações com os Investidores, e Diretoria Técnica.

Hierarquicamente vinculada à Diretoria da Presidência, mas em interface com as demais diretorias, dez Superintendências Regionais promovem a aproximação entre a gestão dos serviços prestados e os municípios atendidos. A empresa se faz presente nos municípios por meio das Unidades de Saneamento, estruturas locais onde se dá o atendimento presencial aos usuários, bem como a execução de rotinas comerciais e operacionais.



Governança Corporativa

O modelo de Governança Corporativa adotado pela CORSAN tem como referência as boas práticas estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&F BOVESPA S/A, atendendo aos requisitos da legislação vigente, em especial à Lei nº 13.303/2016 - Lei das Estatais. Trata-se de um conjunto de mecanismos de incentivo e controle para assegurar que as decisões da administração sejam tomadas em linha com o Planejamento Estratégico. Nesse sentido, a estrutura de governança contempla órgãos diretivos e órgãos de controle voltados à *compliance*, à gestão de riscos e aos controles internos. São princípios da governança a transparência, a equidade, a prestação de contas (*accountability*) e a responsabilidade corporativa.

Auditoria interna & controles internos, compliance & gestão de riscos

A fim de conferir maior acuidade à Governança Corporativa, em conformidade com a Lei das Estatais, a Companhia adota estruturas autônomas, porém interdependentes, de auditoria interna e de controles internos, *compliance* e gestão de riscos. No que se refere à auditoria interna, são auditados os atos de gestão das diretorias e respectivas unidades organizacionais, bem como da Fundação CORSAN. No âmbito dos controles internos e gestão de riscos, são elaboradas/acompanhadas/revisadas as políticas e estratégias institucionais, com foco na proposição de medidas corretivas à Diretoria Colegiada e ao Conselho de Administração, ante eventuais deficiências detectadas nos processos da empresa.

DESAFIOS DO MERCADO

Regulação

No Brasil, o setor de saneamento básico está concentrado principalmente em operadores públicos. No Rio Grande do Sul, o panorama não é diferente: a CORSAN presta serviços a mais de dois terços da população do estado.

Apesar de estar inserida em um mercado que opera em regime de concessão pública, a CORSAN é avaliada por esse mercado no que tange à capacidade de operação e à qualidade da prestação dos serviços às comunidades. Os municípios, no papel de poder concedente, estipulam o caráter especial dos contratos e da respectiva prorrogação, as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão, os direitos dos usuários, a política tarifária e a obrigação de manter serviços adequados. Tais condições são estabelecidas sob a forma não só de cláusulas contratuais, mas de compromissos de contratos de concessão/programa e de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB).

De acordo com as diretrizes da Lei Federal 11.445/2007 - Lei do Saneamento, cabe ao município delegar a um ente regulador, com independência orçamentária e decisória, a mediação das relações entre a concessionária e os usuários. Os limites dessa regulação alcançam a homologação de tarifas, a definição de padrões de qualidade dos serviços e a arbitragem de conflitos.



Concorrência

Uma realidade cada vez mais presente no setor de saneamento é a concorrência da iniciativa privada e dos operadores municipais. Nesse horizonte competitivo, destacam-se cidades como Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Pelotas e Porto Alegre, onde a administração municipal é responsável pela prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; além dos municípios de Uruguaiana e São Gabriel, que concederam a operação do saneamento a empresas privadas. Não obstante isso, a CORSAN tem se mostrado preparada para participar de processos concorrenciais abertos a empresas públicas, como o certame promovido pelo município de Santa Cruz do Sul, em que a Companhia obteve a vitória.

Apesar da crescente concorrência, a CORSAN é a operadora de maior relevância no contexto estadual, atuando na maioria dos sistemas, apresentando expressiva capacidade de geração de economia em escala, mesmo diante de variados níveis de complexidade de operação em função da heterogeneidade dos aspectos geográficos das regiões.

CERTIFICAÇÕES, PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTOS

As certificações de qualidade atestam a adoção de práticas de gestão baseadas em normas internacionais, evidenciando às partes interessadas um firme alicerce na eficiência, viabilidade técnico-financeira e qualidade de produtos e serviços. A ISO demonstra, portanto, o quanto a CORSAN busca ofertar serviços e produtos de qualidade a seus clientes, sendo percebida como uma empresa de excelência.



ISO 9001: a CORSAN certificou o Sistema de Gestão da Qualidade nas áreas de Operações e de Contabilidade, conforme os requisitos da Norma ISO 9001:2015. O certificado abrange os processos de tratamento de água e esgoto e de manutenção eletromecânica dos municípios de Canoas e Cachoeirinha, além de processos de apoio, como ensaios laboratoriais de água e esgoto, gestão de produtos químicos, fabricação de sulfato de alumínio e gestão contábil.

ISO-IEC 17025: a Companhia acreditou seu Laboratório Central de Esgoto na Norma ISO-IEC-17025 e manteve a acreditação no Laboratório Central de Águas garantindo a qualidade dos ensaios realizados para o monitoramento da qualidade dos processos de tratamento de água e esgoto.

ISO 14001: a CORSAN mantém a certificação do seu Sistema de Gestão Ambiental no tratamento de efluentes líquidos do Pólo Petroquímico Sul.



A CORSAN recebeu o Prêmio Responsabilidade Social 2017 na categoria entidades governamentais, instituído pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul no ano 2000, o Prêmio de Responsabilidade Social distingue ações de organizações públicas e privadas que atuam pelo bem estar social e preservação do meio ambiente.

Seis superintendências regionais da CORSAN receberam premiações no Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento - Ciclo PNQS 2017. As premiações integram a categoria "As Melhores em Gestão no Saneamento Ambiental" e são concedidas pelo Comitê Nacional de Qualidade da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes). As regionais Central (Surcen), Fronteira (Surfro), Nordeste (Surne) e Planalto (Surpla) conquistaram o Troféu Quíron Bronze no Nível I. A regional Sinos (Sursin) obteve o Troféu Prata no Nível II. A regional Metropolitana (Surmet), a Placa Finalista Nível II.

A CORSAN subiu 15 posições no anuário Valor 1000, publicado pelo jornal Valor Econômico. Em 2017, a Companhia saltou do 257º para o 242º lugar entre as 1000 maiores empresas do país e conquistou a 6ª colocação na categoria Água e Saneamento. Nesse setor, foi a 2ª em crescimento sustentável, 4ª em giro do ativo, 6ª em cobertura de juros, 6ª em rentabilidade e 6ª em receita líquida. Destacou-se também como a 40ª maior empresa da região Sul.

Funcionários das unidades de Cachoeirinha, Santa Rosa e Guaíba destacaram-se pela performance no Campeonato de Operadores, disputado no Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental.

A CORSAN foi homenageada pelo Sindilijas Vale do Jacuí com o Troféu Mercador Princesa do Jacuí 2017, devido ao investimento na restauração do Chateau D'EAU, monumento referência para a cidade de Cachoeira do Sul.



PRESEÇA DA CORSAN NAS COMUNIDADES

Formação de Embaixadores do Saneamento Básico: realizado no sítio Quinta da Estância, em Viamão, o projeto beneficiou mais de seis mil alunos de escolas públicas de Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Eldorado do Sul, Esteio, Gravataí, Guaíba, Sapucaia do Sul e Viamão. A atividade teve como objetivo sensibilizar os jovens para a importância do saneamento e o papel de cada um na preservação dos recursos hídricos.

Ospa - Série Interior: com patrocínio da CORSAN, a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (Ospa) realizou a série Interior 2017, que levou arte e cultura à população gaúcha com apresentações musicais gratuitas em Cachoeira do Sul, Santo Antônio da Patrulha, Jaguarão, Ijuí, Rio Grande, Osório, Estrela, Campo Bom e Torres.

Porto Verão Alegre: o apoio financeiro da CORSAN oportunizou a inédita ampliação do Porto Verão Alegre para palcos além da capital gaúcha. Por conta dessa iniciativa, o festival promoveu espetáculos teatrais com entrada franca nas cidades de Canoas, Guaíba e Sapiranga.

Expointer: por meio do projeto "Preserve a Água, Tchê", a CORSAN fortaleceu a sua tradicional presença na maior feira a céu aberto da América Latina. A disseminação da educação ambiental foi protagonizada pela personagem Aqualina Pureza Oceânica, estimulando ludicamente o desejo de preservação do meio ambiente em crianças e adultos.

Festival Boas Ideias: trata-se do principal instrumento utilizado pelo Governo do Estado para estabelecer e monitorar os compromissos dos órgãos de governo, representados por ações planejadas, indicadores e metas a serem cumpridos anualmente. Em 2017, a CORSAN foi avaliada por um conjunto de 11 indicadores, cujo monitoramento deu-se em ciclos bimestrais, totalizando cinco ciclos no ano. Merece destaque o desempenho da empresa do ponto de vista da universalização dos serviços e da saúde econômico-financeira.

CONTROLE SOCIAL

Portal da Transparência: o acesso à informação é um direito pleno da sociedade civil. Como empresa pública, a CORSAN tem o compromisso de divulgar sistematicamente informações atualizadas, e de tornar seus processos cristalinos aos olhos da população. Nesse sentido, e integrada à política de transparência da gestão pública estadual, a Companhia disponibiliza informações sobre gastos e receitas, além de outras informações úteis aos cidadãos, no Portal da Transparência CORSAN, acessível em <http://www.transparencia.corsan.com.br>

Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS: vinculado à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, esse é o maior portal de informações do setor de saneamento do país. A CORSAN fornece anualmente ao SNIS dados de caráter operacional, gerencial, financeiro e de qualidade relativos aos serviços de água e esgoto. As informações prestadas são públicas e acessíveis em <http://www.snis.gov.br/>

Acordo de Resultados: trata-se do principal instrumento utilizado pelo Governo do Estado para estabelecer e monitorar os compromissos dos órgãos de governo, representados por ações planejadas, indicadores e metas a serem cumpridos anualmente. Em 2017, a CORSAN foi avaliada por um conjunto de 11 indicadores, cujo monitoramento deu-se em ciclos bimestrais, totalizando cinco ciclos no ano. Merece destaque o desempenho da empresa do ponto de vista da universalização dos serviços e da saúde econômico-financeira.



* NUA (Nível de Universalização em Água).
* LAJIDA (Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) - desconsiderou-se a margem de construção, conforme definido no Acordo de Resultados. Nas demonstrações financeiras consta o LAJIDA de R\$ 583.757 (com margem de construção).
* ROP (Razão Operacional) - foi desconsiderada a margem de construção.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

OS DESAFIOS DE 2017



ESTRATÉGIA E VISÃO DE FUTURO

Diante dos desafios de um mercado concorrencial e regulado, o Planejamento Estratégico assume papel preponderante para o crescimento sustentável. Na CORSAN, o planejamento alinha-se com as diretrizes do governo estadual no sentido de assegurar o aumento da produtividade e da qualidade dos serviços prestados, de manter o equilíbrio econômico-financeiro e a satisfação dos usuários.

No escopo do Planejamento, a identidade organizacional da CORSAN traduz-se na Missão, na Visão, nos Valores e na Política da Qualidade, ideias que se tornam realidade por meio dos objetivos estratégicos. A Missão expressa o que a Companhia se propõe fazer, como e para quem fazer. Em uma perspectiva de médio e longo prazo, a Visão demonstra onde a Companhia pretende chegar. Os Valores, por sua vez, refletem as crenças e princípios que guiam as decisões, balizando o comportamento da administração e de seus colaboradores nas relações internas e externas.



Em sintonia com a identidade organizacional, foi concebido o Mapa Estratégico 2016-2019, composto por 18 objetivos estratégicos, associados às perspectivas **Financeira** – Como serão assegurados os resultados financeiros; **Clientes** – O que fazer para gerar valor para os clientes; **Processos** – Melhorias em processos para operação e prestações dos serviços; **Aprendizagem e Crescimento** – Desenvolvimento organizacional e melhorias no relacionamento institucional.



Aos objetivos estratégicos são associados indicadores, através dos quais é possível acompanhar o cumprimento das metas definidas, permitindo o tratamento adequado e tempestivo a cada situação. O monitoramento e controle envolvem o acompanhamento das informações, sua análise e a identificação de ações de melhoria quando necessário. Trata-se de um ciclo contínuo até o fechamento do ano, quando se reavaliam os indicadores e metas para o ano seguinte.

Tão importante quanto definir objetivos, metas e indicadores, é tornar realidade o planejamento. Na CORSAN, esse processo, hoje plenamente consolidado, desenvolve-se em duas frentes: no âmbito corporativo e no âmbito regional.

No âmbito corporativo, com base nos objetivos estratégicos, foram elaborados planos de projetos abrangendo todas as diretorias, dando origem aos projetos estratégicos da empresa. A atual carteira chega a 45 projetos estratégicos, patrocinados pelas diretorias, executados de forma transversal sob a condução de gerentes e equipes específicas, e monitorados pela alta administração por meio de um escritório de gerenciamento de projetos estratégicos.

No âmbito regional, o desdobramento da estratégia realiza-se nas superintendências regionais sob dois enfoques: a concretização da estratégia em planos de ação operacionais desenvolvidos com base no modelo SW2H; o aperfeiçoamento da gestão dos processos gerenciais, com base no Modelo de Excelência da Gestão (MEG) do Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS).

Uma vez que a CORSAN é instância executiva das políticas de saneamento do Estado, o Planejamento Estratégico da Companhia alinha-se ao Plano Plurianual do Governo do Estado (PPA). O PPA para o quadriênio 2016-2019, elaborado e coordenado pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), configura-se como instrumento legal (Lei Estadual 14.755/15) que define diretrizes, objetivos e metas da administração estadual. O plano é formado por programas, que contemplam todas as ações a serem desenvolvidas pelo Estado no período. A Companhia está inserida nesse quadriênio com metas estabelecidas no Eixo de Infraestrutura e Ambiente, em três ações: Expansão e Melhorias dos Sistemas de Abastecimento de Água, Expansão e Melhorias dos Sistemas de Esgotamento Sanitário, Promoção de Medidas Institucionais.

REALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA NA DIMENSÃO DA UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS



Execução de Obras: durante o ano de 2017, a Companhia realizou investimentos da ordem de R\$ 170 milhões (recursos próprios e/ou financiados) em obras nos Sistemas de Esgotamento Sanitário, resultando na disponibilização de mais de 30 mil novas ligações, o que representa cerca de 200 mil habitantes a serem beneficiados.

Alternativas para universalização: tendo em vista os grandes investimentos financeiros necessários para a execução de sistemas de esgotamento sanitário do tipo separador absoluto, além da complexidade das obras, a CORSAN compreendeu ser o momento de avaliar dois tipos de solução de esgotamento sanitário que utilizam a infraestrutura existente: a solução individual e a mista.

Solução Individual Programada: esse tipo de solução, disseminado em todo o Rio Grande do Sul, é considerado adequado quando as fossas são controladas, construídas e operadas adequadamente. Nesse contexto, em 2017 iniciou-se um projeto de limpeza e programação de fossas, visto que assumir a limpeza das fossas e a manutenção ideal vem a garantir que o lodo seja destinado de maneira ambientalmente correta. No âmbito do projeto, durante a temporada de verão 2017/2018 está em andamento um projeto piloto no baneirão de Atlântida Sul, mediante o qual as fossas são limpas conforme cronograma da Companhia, e cujo lodo é destinado à ETE II de Xangri-Lá. A partir desse aprendizado, serão avaliadas questões do ponto de vista operacional e do relacionamento com o cliente, bem como do mapeamento dos processos.

Esgoto Misto: quanto à solução mista, a CORSAN elegeu o município de Osório para um projeto piloto. Para tanto, foi executada rede coletora do tipo misto, prevenindo utilização da rede de drenagem pluvial da cidade para receber os efluentes de esgoto cloacal. Os efluentes, hoje ainda descartados diretamente na lagoa do Marcelino, serão tratados na ETE de Osório, a qual foi construída pela Companhia. Do ponto de vista da operação, o projeto está em fase de obtenção de licenciamento ambiental da estação de tratamento. Do ponto de vista da regulação, a solução mista já foi reconhecida pelo regulador do contrato com o município, a AGERGS.

Parceria Público Privada (PPP) em Esgoto: mais conhecido como Parceira Pelo Futuro, o projeto envolve nove municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre: Canoas, Cachoeirinha, Gravataí, Estelito, Sapucaia do Sul, Guaíba, Eldorado do Sul, Alvorada e Viamão. Combinando investimentos da CORSAN e do setor privado, a PPP tem como escopo a complementação da infraestrutura e a operação dos serviços de esgotamento sanitário pelo parceiro, durante um prazo de 35 anos, possibilitando a universalização dos serviços em 11 municípios. O projeto inova em uma solução inovadora no modelo de gestão da Companhia, pois tem foco nos resultados a partir de metas previamente estabelecidas, além de concentrar em um único contrato todo o conjunto de atividades segmentadas em diversos instrumentos, como projetos de engenharia, obras e apoio operacional. Vencidas as etapas de consulta e audiência pública, oportunizando esclarecimento sobre a parceria, o projeto entra em fase de aprovação dos municípios, etapa prévia e condicional para o lançamento da licitação.



Cobrança pela Disponibilidade do Sistema de Esgotamento Sanitário: a CORSAN investe fortemente na expansão do sistema de esgotamento sanitário, além de promover ações de conscientização ambiental em paralelo à realização das obras. Entretanto, frustram-se os investimentos em infraestrutura na medida em que os usuários resistem à conexão ao sistema. Para superar esse desafio, a Companhia está implantando a cobrança pela disponibilidade do sistema de esgoto, regulamentada por todas as agências reguladoras. Em 2017, foi realizado um projeto piloto nos municípios de Santo Ângelo, Santa Rosa, Ijuí e Cruz Alta. Nos primeiros quatro meses de implantação, houve ingresso de 1.400 ligações (ainda na etapa de divulgação local e do primeiro lote de notificações), em um universo de 8.000 imóveis factíveis. O sucesso do piloto ensejou a ampliação para os demais municípios com sistema de esgotamento sanitário em 2018.

Abastecimento de Água
No que diz respeito à universalização em água, não obstante o atual NUA superior a 96%, a CORSAN mantém o olhar voltado à segurança hídrica, a fim de fazer frente ao crescimento vegetal e às mudanças climáticas. Nesse segmento, os investimentos ultrapassaram os R\$ 140 milhões em 2017. Dentre os empreendimentos concluídos em diversos municípios do estado, merece destaque a conclusão de uma obra de forte impacto para a região de Erechim: a ampliação do sistema de abastecimento de água da cidade, onde foram investidos R\$ 32 milhões na transposição do Rio do Cravo, garantindo assim o abastecimento de água para os próximos 50 anos.

REALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA NA DIMENSÃO INSTITUCIONAL

Solução individual sob demanda: atendendo a uma demanda do mercado, o novo negócio consiste na prestação do serviço de limpeza de lodo de fossas sépticas sob demanda do usuário. Diferentemente da limpeza de fossa programada, a modalidade sob demanda não é considerada serviço público e tampouco é contabilizada nos índices de universalização. Trata-se de um negócio regido pelas leis de mercado, cuja adesão não é compulsória. Uma vez aprovado pelos entes reguladores, a CORSAN poderá prestar o serviço de limpeza de fossa por meio de terceiros, desde que os prestadores de serviços sejam capacitados e devidamente licenciados.

Gestão dos Compromissos Assumidos com os Municípios: para integrar os processos de planejamento, orçamento e gestão no que tange a CORSAN, foram assinados nove contratos de programa e Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB), a CORSAN vem desenvolvendo o Sistema de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica - SISPLAN. Esse sistema oferece aos usuários ferramentas de controle integradas aos demais sistemas de informação da Companhia para que, a partir dos compromissos, sejam gerados planos de ação por município e segmento, bem como consequentes demandas às áreas executoras. Do ponto de vista da regulação, além de permitir a gestão efetiva dos compromissos, o SISPLAN possibilita o monitoramento das metas dos planos municipais de saneamento e instrumentos contratuais, bem como o acompanhamento das demandas das agências. Embora ainda em construção, o sistema já disponibiliza, para consulta e relatórios, todos os 317 contratos de programa, os 254 PMSB e os 11 contratos de programa assinados.

Desdobramento do Planejamento Estratégico: o ano de 2017 foi marcado pelo amadurecimento da metodologia SW2H e a consolidação da cultura do planejamento no nível regional, não obstante esse processo ter iniciado em 2015 por ocasião da revisão do planejamento. Partindo dos objetivos estratégicos da empresa como um todo, sob a orientação das superintendências regionais, cada unidade passou a eleger e priorizar o que devia e podia ser feito localmente. Superintendências e unidades de saneamento se empenharam, de forma padronizada e documentada, na elaboração dos planos de ação, na sua execução e no acompanhamento dos resultados. Além disso, os ciclos de monitoramento nas regionais fomentaram o diálogo entre áreas e unidades, contribuindo para construção de soluções articuladas, evitando sobreposição de ações. Em última análise, a consolidação da estratégia contribuiu para fortalecer a gestão local tanto na prestação de contas quanto na busca de soluções para entes que dependam de intervenção da alta administração. Como evidência do sucesso desse modelo de gestão, destacam-se as premiações conquistadas por seis superintendências regionais da CORSAN no PNQS 2017, cujo foco recaí não apenas sobre as metodologias, mas também sobre os resultados obtidos a partir de sua aplicação.

Monitoramento dos Projetos Estratégicos: para que a alta administração atuasse de forma mais efetiva na realização da estratégia, no eixo dos projetos estratégicos, em 2016 foi criado um escritório de gerenciamento e monitoramento, competente para propor, planejar, monitorar e avaliar projetos sob três dimensões de execução: regulamentada por todas as agências reguladoras. Ao longo desses dois anos, foram realizados mais de 100 possíveis medir tanto a eficácia quanto a contribuição dos projetos para os Objetivos Estratégicos. O monitoramento dá-se em ciclos não superiores a dois meses, quando são apresentadas evidências da evolução dos projetos, permitindo que eventuais correções de curso sejam feitas de forma tempestiva e realista. Além disso, os ciclos mobilizam diversas instâncias da empresa, o que confere transversalidade à tomada de decisão. Dentre os 45 projetos estratégicos, seis já foram concluídos: *Implantar uma unidade de gerenciamento de projetos estratégicos; Estruturar o Processo de Gestão dos Fundos Municipais de Gestão Compartilhada; PACZ CEF Projetos; Aperfeiçoar a Gestão Financeira do Fluxo de Caixa; Implantar o Sistema de Gestão Estratégica das Unidades de Saneamento e Superintendências Regionais.*

Matriz de Riscos e Mapeamento de Processos: do ponto de vista dos controles internos e da gestão de riscos, 2017 foi um ano de consolidação dessa cultura dentro da CORSAN. A metodologia de mapeamento de processos baseada em riscos foi amadurecida por meio de oficinas colaborativas que alcançaram todas as esferas da Companhia. Assim foi possível instrumentalizar as unidades organizacionais para descreverem os seus processos, etapa embrionária para o futuro sistema de controles internos, a ser modelado em 2018. Além disso, construiu-se uma matriz de 23 riscos corporativos, cujo enfrentamento encontra total amparo no desdobramento do Planejamento Estratégico e nos Projetos Estratégicos.

Unidades de Saneamento: em todas as etapas de planejamento, o complexo sistema de água e esgoto é gerenciado em princípios de grande porte, em aglomerados urbanos, a CORSAN criou as Unidades de Saneamento Especiais (USE). Essas unidades diferenciam-se das demais pelo modelo de gestão estratificado em coordenadorias (clientes, projetos, operação), e pelo maior grau de autonomia decisória. A primeira USE, Santa Maria, foi criada ainda em 2016, porém 2017 foi o ano de amadurecimento do modelo, de definição de critérios de constituição das unidades especiais, e da criação da USE Canoas e da USE Rio Grande.

REALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA NA DIMENSÃO ADMINISTRATIVA & LOGÍSTICA

Revisão e readequação da gestão do conhecimento e do modelo de gestão de pessoas: com base em uma pesquisa de clima organizacional que abrangia todas as esferas da CORSAN, foi possível detectar, através do *feedback* dos próprios empregados, certo grau de discrepância entre o trabalho realizado pelos colaboradores e as oportunidades e regras de promoção e ascensão profissional na empresa. Evidenciando que progresso profissional dava-se em bases um tanto subjetivas, por vezes dissociado de resultados mensuráveis, a pesquisa apontava para a necessidade de tomar uma nova direção, voltada para a transparência nas avaliações e promoções. Foi com esse objetivo que, no ano de 2017, com o auxílio da consultoria da Fum - FLAUSP - Fundação de Administração de Santa Catarina, foram realizadas a revisão e a readequação da gestão do conhecimento e do modelo de gestão de pessoas no que tange às configurações de suas políticas, programas e práticas. A revisão contemplou a implantação de novas diretrizes, à luz de modernas técnicas, em consonância com as exigências legais e capazes de impulsionar a competência institucional. Foram propostos, e serão implementados em 2018, novos instrumentos para avaliação das competências dos empregados, visando ao aumento do comprometimento e à diminuição do passivo trabalhista.

Qualidade de vida dos empregados: em especial no que se refere à preservação da saúde e integridade física, são premissas da gestão os aspectos de segurança e saúde dos empregados em todas as etapas de trabalho. Nesse sentido, em 2017, foram desenvolvidos os seguintes programas: **2017: Preparação para a Aposentadoria (PPA)**, com a participação de 61 empregados e 34 familiares; **Acompanhamento Psicossocial aos Empregados Afetados em Auxílio Doença**, realizando acompanhamento domiciliar de 52 empregados; **Facilitação em Gestão de Conflitos**, culminando na capacitação de 146 gestores para identificação e gestão de conflitos ocorridos em ambiente de trabalho.

Acordo Coletivo de Trabalho: as negociações resultaram na manutenção das vantagens e na continuidade da recuperação de perdas, com o reajuste salarial pelo INPC, de forma parcelada. O reajuste foi aplicado em percentuais e datas diferenciadas para parcelas salariais, gratificações e benefícios, de modo que não houvesse perda salarial e que o custo permanesse circunscrito ao valor orçado e autorizado pelo governo estadual.

Programa de Participação nos Resultados (PNR): este sistema de remuneração variável já consolidado na CORSAN, cria um ambiente cooperativo entre a empresa e os empregados através da fixação de metas claras e objetivas, levando em consideração as condições técnicas e o histórico da organização. Dessa forma, a cultura participativa é fomentada e os processos do Programa de Melhoria de Gestão são amadurecidos, convergindo para a melhoria do clima motivacional da empresa.

Renovação da frota de veículos: ao final de 2017, foi dado início à substituição da frota locada, que compreende a entrega de 92 caminhões com capacidade de carga de 1,8 tonelada, 919 picapes e 289 automóveis. Os veículos serão utilizados em toda a área de abrangência da CORSAN, principalmente pelas Unidades de Saneamento e Superintendências Regionais.

Centro de distribuição de materiais: a Companhia adotou em 2017 um novo modelo de gestão de suprimentos que resultou na qualificação das especificações, melhoria de controle e nos processos de aquisição. Foi implementada uma política de estoques e inaugurado o Centro de Distribuição - CD possibilitando assim a qualificação do recebimento, inspeção e armazenamento dos materiais.

Ferramenta online de gestão de contratos com fornecedores: em 2017 foi implementada na empresa a ferramenta gerencial ContratosGov, que apoia os gestores e fiscais de contratos de fornecimento de materiais, prestação de serviços e execução de obras. O uso da ferramenta permite gerir e fiscalizar diversos contratos, das mais diferentes complexidades, mediante a organização das atribuições de todos os envolvidos no processo e o registro de todos os atos praticados.

REALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA NA DIMENSÃO COMERCIAL

Otimização da Micromedicação: em 2017, foram adquiridos 360 mil novos hidrômetros de diâmetro 3/4", a fim de manter a idade média do parque em 3,5 anos. Além disso, foram substituídos/redimensionados 397 mil hidrômetros acima de 3/4", implicando a renovação de 73% do parque de grandes consumidores, representando um incremento de 7% na medicação.

Atualização do Cadastro: foi mantido o processo de revisão de cadastro específico nas economias atendidas, cujo ingresso superior a 20 mil economias representou um incremento de 1,14% no cadastro.

Captação de clientes em esgotamento sanitário: foi dada continuidade ao Projeto Estratégico que trata da comercialização das ligações factíveis com a viabilização da ligação intradomiciliar. Em 2017 foram revisados e notificados 8.900 imóveis, e efetivadas aproximadamente 7.000 ligações. A partir da implantação da cobrança pela disponibilidade na região Suris, houve uma evolução de 57% no número de ligações de esgoto somente nas áreas atendidas pelo projeto piloto em Santo Ângelo, Santa Rosa, Ijuí e Cruz Alta.

Combate ao uso de fontes alternativas irregulares: com respaldo no Termo de Cooperação firmado entre a CORSAN, o Ministério Público do RS e o Departamento de Recursos Hídricos da Secretaria do Meio Ambiente do RS, deu-se continuidade ao processo de revisão e lacramento de poços irregulares no Estado. Ao longo de 2017, a Companhia encaminhou denúncia às vigilâncias sanitárias municipais de Gravataí, Glorinha, Arroio dos Ratos, São Borja, Taquara, Alegrete, Osório, Santo Ângelo, Passo Fundo e Tramandaí.

Integração dos processos comerciais e operacionais: a conclusão da implantação do Sistema Móvel de Serviço CORSAN - SMS, almejar a modernizar a interação com o cliente e integrar todos os tipos de atendimento ao usuário, encerrar ordens de serviço em tempo real, e simplificar a execução e o gerenciamento das rotinas.

Combate à inadimplência: além de manter a negatificação de devedores nos órgãos de restrição de crédito (SPC/SERASA/SCPC), a empresa passou a encaminhar um segundo comunicado aos devedores negativos internamente, ação esta que acarretou recuperação de 18% dos valores de dívidas. Em paralelo, a Companhia aderiu à campanha *Super Fêrrão Zero Dívida* (promovida pela CDL de Porto Alegre), bem como criou e implementou o *Programa de Negociação de Dívida da CORSAN*, voltado à recuperação de faturas pendentes há mais de um ano, mediante a concessão de descontos sobre multas e juros. Durante os 45 dias do programa, o resultado obtido pelas quase 400 mil negociações ultrapassou R\$ 700 mil em pagamentos a vista e R\$ 300 mil em valores parcelados.

REALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA NA DIMENSÃO DO RELACIONAMENTO COM O CLIENTE

Aplicativo CORSAN para smartphones: o lançamento do APP CORSAN permitiu aos usuários acessarem, por meio de seus smartphones, os serviços disponibilizados no site e no canal de atendimento 0800. A midagem da segunda fase, iniciada em 2017, abrange a implementação de novas funcionalidades, como o histórico de solicitações, protocolos de atendimento e informações de Perguntas Frequentes, possibilitando o *feedback* do usuário e o ranqueamento automático das perguntas mais acessadas; disponibilização da Carta de Serviços, conforme determina a Lei 13.460/2017 (que regula a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços prestados pela administração pública); Inclusão do sistema *Push Notification* (notificações automáticas e personalizadas para o usuário), o qual retransmitirá automaticamente para o usuário as informações sobre faturas pendentes, status das solicitações, situações de desabastecimento na localidade do imóvel, dentre outras.

Teleatendimento via chat: a partir do projeto iniciado em 2016 e desenvolvido em 2017, após testes na ferramenta e treinamento dos teleatendentes, foi concluída a implantação do canal de atendimento via chat, serviço já disponível no site da CORSAN.

Atendimento presencial: no ano de 2017, dando seguimento ao projeto iniciado em 2016, foi implementado sistema de controle e gerenciamento de filas nas 40 Unidades de Saneamento e Superintendências Regionais. O sistema de controle de filas, com atendimento presencial, permite aos técnicos atuarem atendentes distribuídos entre as 198 Unidades de Saneamento que possuem atendimento pleno. Além disso, merece destaque a padronização de regras de conduta para o atendimento prioritário em todas as US.

Autoatendimento via site (www.corsan.com.br): projeto de reestruturação e remodelagem completa de toda a área do autoatendimento de usuários, cujas principais inovações são: inclusão de controle de acesso através do *login* cidadão, como já ocorre em outros órgãos do estado; disponibilização de novos serviços, como informar vazamento de água ou esgoto e encaminhar uma verificação de falta d'água no imóvel, cadastro de e-mail para envio da fatura mensal; consulta ao histórico de solicitações, protocolos de atendimento e informações de Perguntas Frequentes, possibilitando o *feedback* do usuário e o ranqueamento automático das perguntas mais acessadas; disponibilização da Carta de Serviços, conforme determina a Lei 13.460/2017 (que regula a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços prestados pela administração pública); Inclusão do sistema *Push Notification* (notificações automáticas e personalizadas para o usuário), o qual retransmitirá automaticamente para o usuário as informações sobre faturas pendentes, status das solicitações, situações de desabastecimento na localidade do imóvel, dentre outras.

Torpedos SMS (nova ferramenta de envio de mensagens de texto): no início de 2017 foi contratada uma nova ferramenta de envio de torpedos que permite, além do envio proativo por parte da CORSAN (informações sobre desabastecimento, revisos de débito, etc.), o envio reativo por parte do usuário, integrado ao banco de ocorrências de rede para a localidade do imóvel. O sistema retornará ao remetente a informação com a previsão do restabelecimento do abastecimento.

Retorno ao Cliente: foi disponibilizada aos usuários dos canais de atendimento da CORSAN a ferramenta de Retorno ao Cliente, cuja funcionalidade consiste no envio de uma mensagem de texto para o celular ou para o e-mail cadastrado, sempre que o usuário encaminhar uma demanda à CORSAN. A mensagem contempla o número de protocolo do atendimento, o nome da solicitação realizada, bem como o status "registrada" ou "atendida".

REALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA NA DIMENSÃO TÉCNICA & OPERACIONAL

Contrato de Performance: em 2017 foi celebrado um contrato de performance que objetiva ampliar a eficiência do abastecimento de água no município de Santa Cruz do Sul. No âmbito na CORSAN, o projeto conta com investimentos na ordem de R\$ 9,6 milhões, com foco na redução de perdas de água na região, delimitando a remuneração a contratada ao ganho de eficiência na distribuição da água. Com vigência de 23 meses, o contrato prevê obras e serviços de engenharia contemplando ações de controle de vazão e pressão, controle ativo de vazamentos e adequação da infraestrutura. **CCO:** a contratação de CCO (CCO) a contratação de CCO Corporativo, centralizado na sede da Companhia, permite aos técnicos atuarem de forma remota no abastecimento de água. O sistema conta com tecnologia aplicada para monitorar, 24 horas por dia, um total de 107 municípios atendidos. Além disso, permite padronizar operações, formar banco de dados, aumentar a capacidade analítica da operação e promover a integração com outros sistemas da empresa. Entre os benefícios, destacam-se a possibilidade de detectar vazamentos, reduzir pressões na rede, controlar níveis de reservatórios, acionar bombas e válvulas, economizar energia elétrica e reduzir perdas de água. A automação confere mais agilidade na identificação de ligações clandestinas e na comunicação às comunicações sobre eventuais falhas de água.

Tratamento dos efluentes do Polo Petroquímico do Sul: projeto de reestruturação e remodelagem completa de toda a área do autoatendimento de usuários, cujas principais inovações são: inclusão de controle de acesso através do *login* cidadão, como já ocorre em outros órgãos do estado; disponibilização de novos serviços, como informar vazamento de água ou esgoto e encaminhar uma verificação de falta d'água no imóvel, cadastro de e-mail para envio da fatura mensal; consulta ao histórico de solicitações, protocolos de atendimento e informações de Perguntas Frequentes, possibilitando o *feedback* do usuário e o ranqueamento automático das perguntas mais acessadas; disponibilização da Carta de Serviços, conforme determina a Lei 13.460/2017 (que regula a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços prestados pela administração pública); Inclusão do sistema *Push Notification* (notificações automáticas e personalizadas para o usuário), o qual retransmitirá automaticamente para o usuário as informações sobre faturas pendentes, status das solicitações, situações de desabastecimento na localidade do imóvel, dentre outras.

Torpedos SMS (nova ferramenta de envio de mensagens de texto): no início de 2017 foi contratada uma nova ferramenta de envio de torpedos que permite, além do envio proativo por parte da CORSAN (informações sobre desabastecimento, revisos de débito, etc.), o envio reativo por parte do usuário, integrado ao banco de ocorrências de rede para a localidade do imóvel. O sistema retornará ao remetente a informação com a previsão do restabelecimento do abastecimento.

Retorno ao Cliente: foi disponibilizada aos usuários dos canais de atendimento da CORSAN a ferramenta de Retorno ao Cliente, cuja funcionalidade consiste no envio de uma mensagem de texto para o celular ou para o e-mail cadastrado, sempre que o usuário encaminhar uma demanda à CORSAN. A mensagem contempla o número de protocolo do atendimento, o nome da solicitação realizada, bem como o status "registrada" ou "atendida".

Contrato de Performance: em 2017 foi celebrado um contrato de performance que objetiva ampliar a eficiência do abastecimento de água no município de Santa Cruz do Sul. No âmbito na CORSAN, o projeto conta com investimentos na ordem de R\$ 9,6 milhões, com foco na redução de perdas de água na região, delimitando a remuneração a contratada ao ganho de eficiência na distribuição da água. Com vigência de 23 meses, o contrato prevê obras e serviços de engenharia contemplando ações de controle de vazão e pressão, controle ativo de vazamentos e adequação da infraestrutura. **CCO:** a contratação de CCO (CCO) a contratação de CCO Corporativo, centralizado na sede da Companhia, permite aos técnicos atuarem de forma remota no abastecimento de água. O sistema conta com tecnologia aplicada para monitorar, 24 horas por dia, um total de 107 municípios atendidos. Além disso, permite padronizar operações, formar banco de dados, aumentar a capacidade analítica da operação e promover a integração com outros sistemas da empresa. Entre os benefícios, destacam-se a possibilidade de detectar vazamentos, reduzir pressões na rede, controlar níveis de reservatórios, acionar bombas e válvulas, economizar energia elétrica e reduzir perdas de água. A automação confere mais agilidade na identificação de ligações clandestinas e na comunicação às comunicações sobre eventuais falhas de água.

Tratamento dos efluentes do Polo Petroquímico do Sul: projeto de reestruturação e remodelagem completa de toda a área do autoatendimento de usuários, cujas principais inovações são: inclusão de controle de acesso através do *login* cidadão, como já ocorre em outros órgãos do estado; disponibilização de novos serviços, como informar vazamento de água ou esgoto e encaminhar uma verificação de falta d'água no imóvel, cadastro de e-mail para envio da fatura mensal; consulta ao histórico de solicitações, protocolos de atendimento e informações de Perguntas Frequentes, possibilitando o *feedback* do usuário e o ranqueamento automático das perguntas mais acessadas; disponibilização da Carta de Serviços, conforme determina a Lei 13.460/2017 (que regula a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços prestados pela administração pública); Inclusão do sistema *Push Notification* (notificações automáticas e personalizadas para o usuário), o qual retransmitirá automaticamente para o usuário as informações sobre faturas pendentes, status das solicitações, situações de desabastecimento na localidade do imóvel, dentre outras.

Torpedos SMS (nova ferramenta de envio de mensagens de texto): no início de 2017 foi contratada uma nova ferramenta de envio de torpedos que permite, além do envio proativo por parte da CORSAN (informações sobre desabastecimento, revisos de débito, etc.), o envio reativo por parte do usuário, integrado ao banco de ocorrências de rede para a localidade do imóvel. O sistema retornará ao remetente a informação com a previsão do restabelecimento do abastecimento.

Retorno ao Cliente: foi disponibilizada aos usuários dos canais de atendimento da CORSAN a ferramenta de Retorno ao Cliente, cuja funcionalidade consiste no envio de uma mensagem de texto para o celular ou para o e-mail cadastrado, sempre que o usuário encaminhar uma demanda à CORSAN. A mensagem contempla o número de protocolo do atendimento, o nome da solicitação realizada, bem como o status "registrada" ou "atendida".

REALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA NA DIMENSÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Hardware: modernização e ampliação do parque de computadores, periféricos (impressoras, escâneres, projetores, etc.) e pela aquisição de *tablets* destinados à implantação do Sistema Móvel de Serviços (SMS) em toda a CORSAN.

Software: atualização do sistema operacional de 300 computadores de redes Windows XP para Windows 7; renovação de diversos contratos e licenças.

Videokonferência: implantação de solução em videoconferência na sede da empresa e nas superintendências regionais.

Data Center: aquisição de servidores Blade para o Data Center e implementação de links entre CORSAN e Procegs, passando de 100 MB para 1 GB.

Fibra ótica: instalação de links de fibra ótica entre Canoas.

Telefonia móvel: contratação de telefonia móvel com redução de 50% dos custos.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Gestão Eletrônica de Documentos (GED): integração dos mais de 600 roteiros de teleatendimento na ferramenta SeSuite, cuja principal vantagem é o controle de versionamento dos documentos, possibilitando que todos os usuários tenham acesso ao conteúdo atualizado e homologado pelas áreas afins.

REALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA NA DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL

Trabalho Técnico Social: o Trabalho Técnico Social (TTS) atua nas áreas beneficiadas por obras de implantação e ampliação de SAA e SES nas fases: antes da obra (diagnóstico socioterritorial: para conhecer a população), durante a obra (acompanhamento de obras: para informar a população do andamento e importância da obra para a saúde e meio ambiente) e depois da obra (efetivação das ligações: para conscientizar a população dos benefícios proporcionados pelos investimentos). Números do TTS em 2017: 13 mil visitas domiciliares realizadas em mais de 30 municípios distribuídos pelas regiões do estado.

Em parceria com as prefeituras do entorno do Polo Petroquímico e com o Comitê de Fomento Industrial do Polo (COFIP), foi possível sensibilizar cerca de 3.000 estudantes para as questões ambientais. Em palestras no Polo Petroquímico, o público chegou a 500 profissionais. No que se refere a visitas técnicas às instalações da CORSAN, houve participação de aproximadamente 1.150 pessoas oriundas de Universidades, escolas técnicas e empresas.

Licenciamento Ambiental: quanto a novos sistemas (SES - sistemas de esgotamento sanitário e SAA - sistemas de abastecimento de água), a Companhia atuou com êxito nos processos de Licenciamento Ambiental, obtendo mais de 50 licenças entre Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO). Também participou de forma decisiva no grupo técnico que discutiu e propôs a redação da Resolução CONSEMA nº 35/2017, a qual definiu novos padrões de lançamento de efluentes no Estado, inclusive do esgotamento sanitário, viabilizando a emissão de várias licenças de projetos e obras. No que se refere aos sistemas em operação, foram realizadas ações para garantir a regularidade ambiental de operação dos sistemas da empresa. Além disso, destaca-se a elaboração do manual de procedimentos para alteração de responsabilidade e/ou regularização ambiental de sistemas de esgotamento sanitário com ETE recebidos de terceiros.

Recursos Hídricos: a CORSAN vem desenvolvendo ações em conjunto com outros entes do estado, destacando-se ações institucionais junto à Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) com relação à previsão do tempo, auxiliando a Companhia a se precaver em casos de estiagens; ações de articulação para que as legislações que disciplinam a conduta do abastecimento contemplem sendo de responsabilidade do estado. Uma vez que grande parte do abastecimento se dá por meio de águas subterrâneas, foi realizado projeto de aquisição de aparelhos de perfuração ótica, propiciando a gestão dos poços mais ajustada do ponto de vista técnico e econômico.

REALIZAÇÃO DA ESTRATÉGIA NA DIMENSÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Plano de Investimentos

Plano de Investimentos Plurianual (em milhares de reais)									
Fonte/Período	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Contrapartida	97.315	102.841	124.607	79.060	73.555	10.831	6.248	8.159	502.617
Financiado	231.655	505.638	533.342	346.659	227.807	60.070	51.926	38.024	1.995.122
Próprio	191.229	160.055	119.140	14.160	11.381	-	-	-	495.963
Repasse	34.792	111.294	107.531	73.421	88.949	64.716	57.667	45.323	583.694
Total	554.991	879.828	884.620	513.300	401.691	135.618	115.841	91.507	3.577.396

Fonte: AGE PCP/PLP

No quadro anterior, não estão computadas parcelas a serem pagas a título de contraprestação de investimento na modalidade PPP.

Captação de Recursos

Sem abdicar de manter o já conquistado índice de universalização em água, o plano de expansão da CORSAN concentra esforços na universalização em esgotamento sanitário, tarefa esta que demanda investimentos na ordem de R\$10,8 bilhões. Diante dos desafios em ambos os segmentos, além dos recursos já disponíveis, foram intensificados os esforços na obtenção de novos financiamentos:

- Programa de Aceleração do Crescimento - PAC:** recursos federais (OGU, FAT e FGTS) destinados à implantação, ampliação e melhorias nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, estudos e projetos em água e esgoto, além de modernização operacional. A captação dos recursos iniciou-se em 2007, com o PAC1, e estendeu-se até 2014, com o PAC2 4ª Seleção.
- Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL - FOCEM:** recursos internacionais na ordem de US\$ 2,5 milhões, destinados ao sistema de esgotamento sanitário do município de Açuquá.
- Programa de Despoluição de Baías Hidrográficas - PRODES:** recursos federais destinados ao sistema de esgotamento sanitário do município de Erechim.

Novos recursos contratados em dezembro de 2017:

- Instrução Normativa 14:** recursos federais (FGTS) destinados à ampliação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em diversos municípios, no montante de R\$ 222 milhões, que irão beneficiar mais de 600 mil habitantes.

Pleitos de recursos em andamento:

- Debêntures:** recursos federais destinados à ampliação de sistemas de esgotamento sanitário em diversos municípios, à telemetria e à renovação do parque de hidrômetros.
- Avançar Cidades:** recursos federais (FGTS/FAT) destinados à ampliação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como de controle de perdas de água, em diversos municípios.
- Banco de Desenvolvimento da América Latina - CAF:** recursos internacionais destinados à ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário de Gramado e Canela.
- Programa de Melhoramento dos Serviços de Saneamento do Estado do Rio Grande do Sul - PROSASUL:** pleito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, estruturado em três componentes: abastecimento de água, modernização operacional e fortalecimento institucional. O componente abastecimento de água apoia ampliação do Sistema Integrado Canoas-Esteio-Sapucaia (SICES), Sistema Integrado Gravatal-Cachoeirinha (SIGRAC), do Sistema Integrado Alvorada-Viamão (SIAV), do Sistema Serra (Bento Gonçalves, Farroupilha, Garibaldi, Carlos Barbosa), e dos sistemas dos municípios de Passo Fundo e de Santa Cruz do Sul. O componente modernização operacional apoia intervenções em redução de perdas de água, recuperação do parque de hidrômetros e eficiência energética. O componente fortalecimento institucional apoia a construção do Plano de Segurança da Água e a estruturação para regulação.

Investimentos realizados (milhares de R\$)

SEGMENTO	INVESTIMENTO
Sistema Água	143.529
Sistema Esgoto	170.882
Bens Uso Geral	40.917
Total Investimento	355.328

Fonte: Departamento de Bens, Direitos e Obrigações/Superintendência de Contabilidade

Receita Operacional Bruta Direta (água e esgoto)

A receita direta oriunda dos serviços de abastecimento de água representou 93,86% da receita operacional bruta de 2017; enquanto o esgotamento sanitário foi responsável por 6,14% da receita operacional. Comparando essa proporção à receita de 2016 (94,03% em água e 5,97% em esgoto), evidencia-se um leve incremento na participação da receita de esgotamento sanitário no total da receita operacional bruta direta.



Lucro Líquido do Exercício

Comparando-se os últimos dois anos, o lucro líquido do exercício de 2017 apresentou variação positiva de 84,09% em relação a 2016.



Endividamento Líquido - em milhares de R\$

	2016	2017
Endividamento de curto prazo	97.910	115.655
Endividamento de longo prazo	502.948	511.217
Total	600.858	626.872
Disponibilidades	43.669	79.703
Endividamento Líquido	557.189	547.169
Endividamento Líquido (Endividamento Líquido/Patrimônio Líquido)	29,19%	27,17%

Composição do LAJIDA (EBITDA) - em milhares de R\$

	2016	2017
Lucro Antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda	254.784	505.919
(+) Despesas Financeiras	75.536	75.870
(-) Receitas Financeiras	(119.633)	(116.330)
(+) Depreciações e Amortizações	105.443	118.298
LAJIDA	316.130	583.757
Margem Líquida (Lajida/Receita Operacional Líquida)	13,39%	22,76%

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, os serviços de auditoria independente foram contratados junto à empresa Audilink e Cia. Auditores, cujo contrato foi renovado por mais doze meses. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor. Cumpre registrar que os auditores externos realizaram serviços exclusivamente relacionados à auditoria das demonstrações financeiras.

AGRADECIMENTOS

A CORSAN agradece aos acionistas, ao Governo do Estado, à Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação - SOP, aos clientes, aos empregados, aos fornecedores, aos entes reguladores e fiscalizadores, às instituições financeiras e às entidades de classe pela excelência nos relacionamentos, a qual tornou possíveis os êxitos obtidos no exercício 2017.

Porto Alegre, 12 de março de 2018.

Administração da CORSAN

BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2017	2016
CIRCULANTE		602.429	564.378
Caixa e equivalentes de caixa	5	24.470	30.586
Aplicações financeiras	5	55.233	13.083
Contas a receber de clientes	6	326.980	299.631
Estoques	7	76.457	95.115
Depósitos judiciais	20	109.135	108.686
Impostos a recuperar	2	2.646	10.263
Outros créditos	9	7.508	7.014
NÃO CIRCULANTE		4.183.301	3.706.916
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.234.608	987.795
Contas a receber de clientes	6	3.409	4.499
Depósitos judiciais	20	218.494	163.556
Aplicações financeiras	5	59.968	55.343
Aplicações no caixa único do estado	23.a	3.823	157
Ativos financeiros - contratos de concessão	10	458.612	402.336
Créditos fiscais diferidos	8.a	403.498	284.409
Depósitos em garantia	15	3.341	3.109
Indenização por desapropriação	15	76.605	67.505
Outros créditos	9	6.858	6.881
INVESTIMENTOS		923	923
Imobilizado	11	104.196	92.400
INTANGÍVEL		2.843.574	2.625.798
TOTAL DO ATIVO		4.785.730	4.271.294

PASSIVO

CIRCULANTE	Nota	2017	2016
CIRCULANTE		754.557	691.031
Empréstimos e financiamentos	14	56.793	53.164
Debêntures	15	9.146	9.089
Fornecedores	16	118.284	126.344
Impostos e contribuições	17	49.184	82.170
Parcelamentos de impostos e contribuições	17	13.260	-
Dívidas com Fundação CORSAN	23.b	36.456	35.657
Ordenados, férias e encargos a pagar	19	69.888	67.589
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	117.882	104.310
Participação nos resultados	23.a	31.051	31.994
Dividendos e juros sobre o capital próprio	18	241.196	169.362
Outros débitos	18	11.417	11.352
NÃO CIRCULANTE		2.017.173	1.671.356
Empréstimos e financiamentos	14	386.995	402.527
Debêntures	15	22.644	31.092
Fornecedores	16	136	-
Parcelamentos de impostos e contribuições	17	53.039	-
Dívidas com Fundação CORSAN	23.b	48.539	69.329
Contratos de repasse	19	9.232	9.232
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	560.216	445.574
Provisão para benefício pós-emprego	21	928.411	700.506
Débitos fiscais diferidos	8.b	7.961	13.096
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.982.089	1.889.577
Capital social	22.a	939.148	939.148
Reservas de capital		17.148	17.148
Reservas de lucros	22.e	1.035.607	785.418
Outros resultados abrangentes		(9.814)	147.863
Adiantamento para futuro aumento de capital	22.f	31.911	19.330
PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		2.014.000	1.908.907
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.785.730	4.271.294

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016
Receitas	2.821.739	2.561.333
Vendas de mercadorias e serviços	2.551.384	2.311.821
Receitas de construção	232.328	205.191
Provisão para devedores duvidosos	4.294	4.441
Outras receitas	33.733	39.880
Insumos adquiridos de terceiros	(904.303)	(886.251)
Custos dos serviços	(773.300)	(709.678)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(136.238)	(135.590)
Outros	5.235	(60.985)
Valor adicionado bruto	1.917.436	1.675.082
Depreciação e amortização	(118.298)	(105.443)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.799.138	1.569.639
Valor adicionado recebido em transferência	128.822	131.475
Receitas financeiras	116.330	119.633
Doações e subvenções	12.492	11.842
Valor adicionado total a distribuir	1.927.960	1.701.114
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	952.716	1.013.606
Remuneração	640.815	582.101
FGTS	31.849	31.531
Benefícios	232.421	217.349
Fundo de previdência	47.631	182.625
Impostos, taxas e contribuições	488.761	379.763
Federal	473.707	365.049
Estadual	13.045	11.607
Municipal	2.009	3.107
Remuneração de capitais de terceiros	103.805	99.873
Despesas financeiras	75.870	75.536
Aluguéis	27.935	24.337
Remuneração de capitais próprios	382.678	207.872
Juros sobre o capital próprio	123.974	111.821
Dividendos	10.270	-
Lucros retidos	248.434	96.051
Total do valor adicionado distribuído	1.927.960	1.701.114

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		382.678	207.872
Outros resultados abrangentes		(157.677)	128.588
Realização da reserva de reavaliação		(1.755)	(1.914)
Gainho (perda) atuarial - Fundação CORSAN	21	(236.246)	197.731
Imposto de renda e contribuição social diferidos		80.324	(67.229)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		225.001	336.460

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	505.919	254.784
Ajustes para reconciliação:		
Depreciação e amortização	118.298	105.443
Baixa de imobilizado e intangível	285	1.941
Provisão para devedores duvidosos	(4.293)	(4.441)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	99.406	73.472
Provisão para benefício pós-emprego	(8.342)	141.102
Juros e variações monetárias	88.365	48.900
Rendimento sobre aplicações financeiras de curto prazo	(7.184)	(8.657)
Ajuste a valor presente sobre clientes	461	(204)
Ajuste a valor presente sobre ativos financeiros	(42.454)	(36.706)
Margem na construção de obras - contratos de concessão	(4.491)	(4.182)
Provisão para tributos diferidos (COFINS/PASEP)	(5.135)	(681)
Lucro líquido ajustado	740.825	570.771
Variações nos ativos e passivos		
Variações nos ativos:		
Aumento de contas a receber de clientes	(22.427)	(22.659)
Redução (aumento) de estoques	18.658	(35.400)
Aumento de depósitos judiciais	(55.387)	(50.402)
Aumento (redução) de rendimentos SIAC	(3.666)	572
Aumento de indenização por desapropriação	(9.100)	



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Valores expressos em milhares de Reais)

Nota	Reservas de capital			Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital
	Capital social	Auxílios para obras	Doações e subvenções para investimentos	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros						
Saldos em 31 de dezembro de 2015	939.148	9.262	7.886	77.368	1.516	608.569	19.275	-	1.663.024	12.753	1.675.777	
Integralização de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.577	6.577	
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	(1.914)	1.914	-	-	-	
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	130.502	-	130.502	-	130.502	
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	207.872	207.872	-	207.872	
Destinações propostas à Assembléia Geral Ordinária:												
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(111.821)	(111.821)	-	(111.821)	
Constituição de reservas	-	-	-	10.394	143	87.428	-	(97.965)	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	939.148	9.262	7.886	87.762	1.659	695.997	147.863	-	1.889.577	19.330	1.908.907	
Integralização de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Adiantamento para futuro aumento de capital	22.f	-	-	-	-	-	-	-	-	12.581	12.581	
Realização da reserva de reavaliação	22.c	-	-	-	-	-	(1.755)	1.755	-	-	-	
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	(155.922)	-	(155.922)	-	(155.922)	
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	382.678	382.678	-	382.678	
Destinações propostas à Assembléia Geral Ordinária:												
Juros sobre o capital próprio	22.d	-	-	-	-	-	-	(123.974)	(123.974)	-	(123.974)	
Dividendos	22.d	-	-	-	-	-	-	(10.270)	(10.270)	-	(10.270)	
Constituição de reservas	22.e	-	-	19.134	95	230.960	-	(250.189)	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	939.148	9.262	7.886	106.896	1.754	926.957	(9.814)	-	1.982.089	31.911	2.014.000	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN ("Companhia") é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades Por Ações, constituída com base na Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 17.788, de 04 de fevereiro de 1966, e alterada pela Lei nº 13.435, de 05 de abril de 2010 e pela Lei 14.833 de 04 de janeiro de 2016. A Companhia passou a operar de forma efetiva, a partir de 28 de março de 1966.

O acionista controlador da CORSAN é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do seu capital social, estando a Companhia vinculada à Secretaria Estadual de Obras, Saneamento e Habitação.

O objeto da Companhia é o de realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais; bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, concernentes à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades.

Atua em 317 municípios do Rio Grande do Sul com sistemas de abastecimento de água e concomitantemente, em 289 municípios com contratos firmados de sistemas de coleta e tratamento de esgoto. Em 288 municípios as operações decorrem de Contratos de Programa, conforme regulamentado na Lei 11.445/07. Em 31 de dezembro de 2017, há 16 contratos cujos prazos de concessão expiraram, estando todos em fase de negociação para renovação dos serviços concedidos, mediante Contratos de Programa.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1) Declaração de conformidade e base de preparação

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board" - IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria de 12 de março de 2018.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo e alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.3) Contas a receber de clientes

Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio histórico de cada cliente.

2.4) Ativos financeiros - contratos de concessão

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia. Estas contas a receber, são classificadas no ativo não circulante, considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

2.5) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base em critério técnico, segundo avaliação das contas a receber de usuários do serviço de água e esgoto, e a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas no passado. O valor provisionado é considerado suficiente pela administração para cobrir a expectativa de perdas na realização dos créditos.

2.6) Estoques

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto e encontram-se classificados no ativo circulante. A avaliação é realizada pelo custo médio de aquisição, e não excede o valor líquido realizável.

2.7) Investimentos

Os investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

2.8) Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia está composto, substancialmente, por terrenos, prédios, veículos, sistemas de esgotos próprios e ligados a atividade industrial privada e outros bens que não estão vinculados à concessão pública. Os bens classificados no ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou construção. Quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo será reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

• Edifícios	25 anos
• Máquinas	10 anos
• Veículos	5 anos
• Demais bens móveis	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo foi baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A Companhia revisa a vida útil-econômica desses ativos anualmente.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.9) Ativos Intangíveis

Concessões

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os contratos de concessão são firmados com os municípios, sendo os contratos similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. Os contratos de concessão representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação, controlada pelas Agências Reguladoras dos Serviços Públicos Delegados, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão. A Companhia reconhece como um ativo intangível esse direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante o período de concessão, em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme nota 2.14, e o valor do ativo financeiro, trazido a valor presente, referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens ou prazo de concessão, como segue:

	Vida útil do intangível	Prazo médio de concessão
Sistemas de água	60 anos	25 anos
Sistemas de esgoto	60 anos	25 anos
Bens de uso geral	10 anos	25 anos

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica onde os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado ou deixar de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos. A Companhia não possui nenhum contrato de concessão oneroso.

2.10) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou outros passivos financeiros. A Companhia determina a classificação de seus instrumentos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e 2016 reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e ativos financeiros de contratos de programa. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e/ou empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e dívidas com Fundação CORSAN. A Companhia não realizou durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, operações com instrumentos derivativos.

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, e outros passivos financeiros - empréstimos e financiamentos.

Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos e passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas, no resultado, como despesa financeira ou despesa comercial, conforme a natureza do ativo financeiro ao qual a perda se relaciona.

Outros passivos financeiros - empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.11) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.12) Benefícios pós-emprego concedidos aos empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação CORSAN, Entidade Fechada de Previdência Complementar, cuja principal finalidade é a de manter planos

de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação é do tipo "benefício definido" e a avaliação é procedida por atuário independente. De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 695 de 2012, a Companhia reconheceu no passivo não circulante os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência.

Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido, como requerido no CPC 33(R1) e IAS 19 - Benefício a Empregados.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos pela Fundação CORSAN.

2.13) Impostos

Imposto de renda e contribuição social corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor conforme normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o lucro real.

Os tributos são contabilizados pelo regime de competência e as alíquotas utilizadas são de 15%, mais adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para contribuição social.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos e estabelecem provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imunidade

Em virtude do posicionamento do Supremo Tribunal Federal acerca da extensão da imunidade tributária, relativa ao Imposto de Renda e Contribuição Social, às sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos essenciais, a Companhia, em 17 de dezembro de 1993, ajuizou Ação Ordinária Declaratória Cumulada com Repetição de Indébito para se beneficiar da referida imunidade através do Processo 93.00.15146-5/RS ou 0015146-22.1993.4.04.7100. Por se tratar de uma contingência ativa, este processo somente será reconhecido nas demonstrações financeiras quando do seu efetivo recebimento. O referido processo encontra-se pendente de julgamento no Supremo Tribunal Federal através do processo RE 342314.

Impostos sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,60%
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	1,65%
ISS - Imposto sobre Serviços	2% a 5%

Os serviços são apresentados na demonstração do resultado pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de serviços).

2.14) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem sendo executados simultaneamente ou em sequência contínua. A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 Contratos de Construção (IAS 11), segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico - financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custos dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida tomando-se como base as margens anuais contratadas, ou estimadas (1,97% em 2017 e 2,08% em 2016).

A Companhia revisa pelo menos anualmente suas margens.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

2.15) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O valor dos juros sobre o capital próprio é tratado, para fins contábeis, como dividendo e é apresentado nas demonstrações financeiras como uma redução do Patrimônio Líquido conforme Deliberação CVM nº 683/12. O benefício fiscal relacionado é registrado e ajustado na apuração do IRPJ e CSLL.

As informações de dividendos e juros sobre o capital próprio estão apresentadas na Nota 22d.

2.16) Demonstrações dos fluxos de caixa e valor adicionado

A Demonstração dos fluxos de caixa (DFC) foi preparada pelo método indireto e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03(R2) (IAS7) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (IASB).

Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
Atividades de investimento: referem-se às aquisições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;
Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

A Demonstração do valor adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com a deliberação CVM nº 557 de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC09 - demonstração do valor adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza gerada pela Companhia durante o período, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (stakeholders).

2.17) Ajustes a valor presente

Os ativos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita. Em 31 de dezembro de 2017 os ativos financeiros relacionados à concessão de serviços públicos e o contas a receber de longo prazo, foram ajustados a seu valor presente.

2.18) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.19) Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e consequentemente não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia e, desta forma, o dividendo básico e o diluído são de idêntico valor.

2.20) Programa de participação nos lucros e resultados - PPLR

No exercício são registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estes valores são calculados com base em indicadores e metas definidas pela Administração e apropriadas em contas específicas nos grupos de custos dos serviços, despesas comerciais e despesas administrativas.

2.21) Redução ao valor recuperável - Impairment

Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros. Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores eventualmente podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetem os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados e para as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos créditos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas periodicamente.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o País.

Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisões para causas fiscais, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas em um período não superior a um ano.

4. PRONUNCIAMENTOS DO IFRS

a) Pronunciamentos do IFRS novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2017

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

Alterações à IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa: Iniciativa de divulgação - As alterações à IAS 7, Demonstração de fluxos de caixa fazem parte da iniciativa de divulgação do IASB e exigem que uma entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores.

As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017, sendo permitida a adoção antecipada. A adoção das alterações resultou em divulgação adicional pela Companhia (nota 28).

Alterações à IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: Reconhecimento de Ativos Fiscais Diferidos por Prejuízos Não Realizados - As alterações esclarecem que uma entidade precisa considerar se a legislação tributária restringe as fontes de lucros tributáveis em relação aos quais são permitidas deduções sobre o estorno da diferença temporária dedutível referente a prejuízos não realizados. Além disso, as alterações fornecem orientação sobre de que forma uma entidade deve apurar lucros tributáveis futuros e explicar as circunstâncias em que o lucro tributável poderá incluir a recuperação de alguns ativos por montante superior ao seu valor contábil. A Companhia aplicou as alterações de forma retrospectiva. No entanto, essa aplicação não tem efeito sobre sua posição patrimonial e financeira e desempenho das operações, uma vez que a Companhia não possui diferenças temporárias dedutíveis ou ativos que estejam no âmbito das alterações.

b) Pronunciamentos do IFRS emitidos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2017

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. Porém a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia quando de sua adoção inicial.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de hedge, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório. Para a contabilidade os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas. A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas.

IFRS 15 - Receita de contratos com clientes - A IFRS 15 foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS.

Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture) - As alterações abordam o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 no tratamento da perda de controle de uma subsidiária que é vendida ou contribuída a uma associada ou a um empreendimento controlado em conjunto (joint venture). As alterações esclarecem que o ganho ou a perda resultantes da intenção de venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou joint venture, são reconhecidos(as) na íntegra. Qualquer ganho ou perda resultantes da intermediação de venda ou contribuição de ativos que não constituam um negócio, no entanto, são reconhecidos(as) somente na extensão das participações de investidores não relacionados na associada ou joint venture. O IASB adiu indefinidamente a data de vigência das referidas alterações, mas uma entidade que adotar as alterações antecipadamente deve aplicá-las prospectivamente.

No entanto, essas alterações não têm efeito sobre sua posição patrimonial e financeira e desempenho das operações, uma vez que a Companhia não possui diferenças temporárias dedutíveis ou ativos que estejam no âmbito das alterações.

IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações - Alterações à IFRS 2 - O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

Na adoção, as entidades são obrigadas a adotar as alterações sem atualizar períodos anteriores, mas a adoção retrospectiva é permitida se aplicada para as três alterações e os outros critérios forem atendidos. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada.

Estas alterações não têm impactos para Companhia, uma vez que ela não adota este tipo de pagamento.

IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil - A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, a IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, o SIC-15 Arrendamentos operacionais - Incentivos - e o SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidênciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17.81.

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos).

Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem de transição. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

Esta norma não tem impactos nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que ela não adota este tipo de operação.

A Companhia pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

Considerando as atuais operações da Companhia, a administração não espera que estas alterações produzam efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	1	1
Depósitos bancários	10.773	8.752
Aplicações de liquidez imediata	13.696	21.833
Total	24.470	30.586

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras de curto prazo totalizam R\$55.233 em 31 de dezembro de 2017 (R\$13.083 em 31 de dezembro de 2016) e referem-se, substancialmente, a fundos de investimento de renda fixa e aplicações junto ao SIAC (Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado), com liquidez diária.

As aplicações financeiras de longo prazo totalizam R\$59.968 em 31 de dezembro de 2017 (R\$55.343 em 31 de dezembro de 2016) e referem-se, substancialmente, a valores dados em garantia para empréstimos contraídos para obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) promovido pelo Governo Federal junto aos Bancos Banrisul e Caixa Econômica Federal.

O montante do ativo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Banco	Ano	Valor
Banrisul Reserva BNDES PAC 1	2023	6.608
Banrisul Reserva BNDES PAC 2	2027	6.000
Caixa Econômica Federal Reserva	2034	47.360
Total		59.968

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2017	31/12/2016
Contas a receber vincendas		
Particular	163.463	148.840
Pública	13.085	12.330
Contas a receber vencidas		
Particular	74.571	65.500
Pública	13.087	19.152
Receitas a faturar	72.221	68.639
Total de contas a receber	336.427	314.461
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.038)	(10.331)
Total	330.389	304.130
Circulante	326.980	299.631
Não circulante	3.409	4.499

Os valores de contas a receber estão compostos da seguinte forma:

	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	163.463	13.085
Créditos vencidos - 01 a 30 dias	48.196	4.517
Créditos vencidos - 31 a 90 dias	16.465	3.513
Créditos vencidos - 91 a 180 dias	6.952	1.977
Créditos vencidos - 181 a 360 dias	1.898	1.548
Créditos vencidos - mais de 360 dias	1.060	1.532
Total	238.034	26.172

O saldo com o poder público corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos e autarquias dos poderes federal, estadual e municipal. As faturas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul têm sido liquidadas através de encontro de contas com dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

A conta "Receitas a faturar" se refere aos serviços prestados e não faturados, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura final do medidor e a próxima leitura. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída considerando as contas a receber vencidas há mais de 180 dias e faturas que apresentam risco de perda.

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	(10.331)	(10.772)
Adições	(10.619)	(30.634)
Reversões/realização de perda	14.912	35.075
Saldo no final do exercício	(6.038)	(10.331)

7. ESTOQUES

	31/12/2017	31/12/2016
Tubulações de água e esgoto	59.064	48.104
Materiais de tratamento/laboratório	2.972	31.794
Materiais diversos	14.421	15.217
Total	76.457	95.115

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo, à manutenção de sistemas de água e esgoto. Os materiais destinados a aplicação em obras são classificados no intangível.

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2017	31/12/2016
Classificados no Ativo Não Circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	403.498	284.409
Classificados no Passivo Não Circulante		
Pasep e Cofins diferidos	7.961	13.096

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

De acordo com o CPC 32(R2) vêm sendo registrados os créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias. As bases destes créditos são as seguintes:

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias:		
Passivo atuarial	928.411	700.506
Provisões para contribuição adicional à Fundação CORSAN	7.692	4.472
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	678.098	549.884
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	6.038	10.331
Provisões para perdas - diversas	9.610	9.610
Provisões para perdas - Prefeitura de Novo Hamburgo	88.514	76.585
Contribuições previdenciárias tributadas por regime de caixa	26.691	29.080
Reserva de reavaliação	(74.259)	(74.429)
Efeitos da adoção do ICPC01 - contratos de concessão	(260.275)	(275.270)
Encargos financeiros capitalizados	(215.040)	(194.194)
Varição cambial tributada por regime de caixa	(2.091)	(3.502)
Outras provisões e diferenças temporárias	(6.631)	3.424
Total das diferenças temporárias	1.186.758	836.497
Alíquota vigente	34%	34%
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	403.498	284.409

Conciliação alíquota efetiva

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	505.919	254.784
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(172.012)	(86.627)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Juros sobre capital próprio	42.151	38.019
Incentivos fiscais	8.534	5.769
Outras diferenças permanentes	(1.914)	(4.073)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(123.241)	(46.912)
Corrente	(162.005)	(121.254)
Diferido	38.764	74.342
Alíquota efetiva	24%	18%

Para fins de adequação à Deliberação CVM nº 683/12 o valor dos JSCP foi registrado diretamente no Patrimônio Líquido.

b) COFINS e PASEP diferidos

	31/12/2017	31/12/2016
RTT	6.541	1.420
Valor passivo	6.541	1.420
COFINS	7.961	10.760
PASEP	7.961	2.336
Total	10.760	13.096

9. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2017	31/12/2016
Créditos com prefeituras municipais	2.815	3.096
Adiantamento de férias	3.682	3.333
Indenizações judiciais a receber	4.434	4.131
Por serviços ou obras prestados a terceiros	2.025	1.868
Valores a compensar	1.033	1.035
Créditos diversos	377	432
Total	14.366	13.895
Circulante	7.508	7.014
Não circulante	6.858	6.881

10. ATIVOS FINANCEIROS - CONTRATOS DE CONCESSÃO

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2017, R\$458.612 a receber do poder concedente (municípios), referente ao montante esperado de ressarcimento do valor residual da infraestrutura ao final das concessões (R\$402.336 em 31 de dezembro de 2016). Este valor foi ajustado ao respectivo valor presente no reconhecimento inicial, tendo sido descontado pelo custo médio ponderado de capital, conforme segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Ativos financeiros	1.209.967	1.123.179
(-) Ajuste a valor presente	(751.355)	(720.843)
Total	458.612	402.336

Movimentação do ativo financeiro

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	402.336	322.819
Constituição/realização de AVP	42.454	36.706
Adições/(Baixas)	(59.856)	(125.991)
Transferências líquidas	73.672	168.806
Saldo no final do exercício	458.612	402.336

Transferência de bens e serviços

Por força de decisão judicial da 3ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, sob o Processo nº 01197704164, a CORSAN fez a entrega para a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, conforme termo de entrega de serviços públicos concedidos, assinado entre as partes em 03/12/98, do sistema de abastecimento de água, equipamentos, instalações e o acervo vinculado e necessário aos referidos serviços. Em 14/12/98 por decisão do Superior Tribunal de Justiça foi susgado o cumprimento do mandado de intimação para entrega compulsória daqueles serviços, embora, já tivessem sido entregues. O saldo deste imobilizado em 31 de dezembro de 2017 totaliza R\$23.058 (R\$23.060 em 31 de dezembro de 2016) e foi reclassificado para o ativo financeiro quando da aplicação do ICPC 01 em 2010.

Em atendimento a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos das Suspensões de Liminares (SLS) números 1406-RS e 1407-RS a CORSAN fez a transferência da operação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e respectivos bens a eles afetos ao Município de Uruguaiana, conforme termo de transferência assinado entre as partes, em 24 de junho de 2011. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2017 totaliza R\$34.170 (R\$34.250 em 31 de dezembro de 2016).

11. IMOBILIZADO

Custo	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do imobilizado
Saldos em 31/12/2016	22.128	326.820	384	349.332
Adições	-	27.176	1.863	29.039
Baixas	-	(870)	-	(870)
Transferências	-	(3.157)	(136)	(3.293)
Saldos em 31/12/2017	22.128	349.969	2.111	374.208

Depreciação

Saldos em 31/12/2016	(18.685)	(238.247)	-	(256.932)
Depreciações	(312)	(15.417)	-	(15.729)
Baixas	-	786	-	786
Transferências	-	1.863	-	1.863
Saldos em 31/12/2017	(18.997)	(251.015)	-	(270.012)
Saldos líquidos em 31/12/2016	3.443	88.573	384	92.400
Saldos líquidos em 31/12/2017	3.131	98.954	2.111	104.196

A depreciação do exercício apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$12.091 (R\$10.680 em 31 de dezembro de 2016), R\$1.827 (R\$1.507 em 31 de dezembro de 2016) como despesa comercial e R\$1.811 (R\$1.488 em 31 de dezembro de 2016) como despesa administrativa. Sob a rubrica "sistemas de esgotos" são registrados itens do ativo imobilizado utilizados pela Companhia em atividades próprias ou para prestação de serviços não relacionados à concessão pública, como por exemplo, tratamento de esgoto de condomínios industriais privados. Sob a rubrica "bens de uso geral" são registrados



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID foi contratado com a finalidade de recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba. Os financiamentos com a Prefeitura Municipal de Encantado, com a Prefeitura Municipal de Osório e com a Prefeitura Municipal de Torres foram contratados junto à Caixa Econômica Federal visando à construção e ampliação do esgotamento sanitário dos respectivos municípios. Os demais empréstimos e financiamentos foram destinados à ampliação e modernização dos sistemas de esgoto e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da receita da CORSAN, até o limite do saldo devedor de cada contrato na data dos balanços.

Determinados contratos mantidos com o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) possuem cláusulas financeiras que estabelecem metas de desempenho econômico-financeiro, que se cumpridas possibilitam a Companhia uma redução em sua taxa de juros contratual. Os juros sobre estes empréstimos são apropriados considerando os impactos decorrentes da aplicação de tais cláusulas.

O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Ano	Valor
2019	48.990
2020	49.457
2021	37.942
2022	38.532
2023	31.422
Após 2023	180.652
Total	386.995

15. DEBÊNTURES

Em 2 de dezembro de 2010 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a emissão Privada de Debêntures Simples, conforme contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES e BNDES Participações S.A. - BNDESPAR. Foram emitidas 93 debêntures no valor total de R\$57.509, em 03 séries, sendo emitidas 28 debêntures na primeira série, 30 debêntures na segunda série e 35 debêntures na terceira série.

Em 31 de dezembro de 2017 os recursos da primeira, segunda e terceira emissão foram captados, conforme segue:
Primeira emissão: são 28 (vinte e oito) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 16 de abril de 2012, com 3 anos de carência do principal e vencimentos em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais, sendo que a última parcela será liquidada em 16 de maio de 2022.

Segunda emissão: são 30 (trinta) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 25 de março de 2013, com 37 (trinta e sete) meses de carência do principal e vencimentos de 7 (sete) parcelas anuais, sendo que a última parcela será liquidada em 25 de abril de 2023.

Terceira emissão: são 35 (trinta e cinco) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 16 de dezembro de 2014, com 36 (trinta e seis) meses de carência do principal e vencimentos em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais, sendo que a última parcela será liquidada em 15 de janeiro de 2024.

Indexador	Taxa de juros anual	Circulante		Não circulante		
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
1ª Emissão	TJLP	1,92%	2.108	2.116	5.129	7.366
2ª Emissão	IPCA	1,92%	4.085	4.042	11.422	14.805
3ª Emissão	TJLP	1,92%	2.953	2.931	6.093	8.921
Total			9.146	9.089	22.644	31.092

De acordo com a cláusula 7ª do contrato nº 10.2.1772.2, a emitente se obriga a constituir e manter, durante toda a vigência do contrato de promessa de subscrição e da escritura, uma aplicação vinculada com saldo não inferior a R\$2.220. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo dessa aplicação financeira é de R\$3.341 (R\$3.109 em 31 de dezembro de 2016).

A escritura inclui uma cláusula de "Obrigações Especiais da Emitente", com a obrigação de manter, durante a vigência das debêntures até o seu vencimento final, os seguintes índices, apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras completas anuais.

Índices	Metas
Endividamento líquido total/EBTIDA	Igual ou inferior a 2,1
Índice de cobertura do serviço da dívida total	Igual ou superior a 1,9
Investimentos/Receita líquida	Igual ou inferior a 26%

Em 31 de dezembro de 2017 os índices foram integralmente atendidos.

16. FORNECEDORES

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores de materiais e serviços	118.284	126.344
Parcelamento - RGE	136	-
Total	118.420	126.344
Circulante	118.284	126.344
Não circulante	136	-

17. PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Imposto ou contribuição	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
			31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
COFINS	Selic	04/2022	6.540	-	26.161	-
PASEP	Selic	04/2022	1.420	-	5.680	-
Contribuição Social	Selic	04/2022	679	-	2.716	-
Imposto de Renda	Selic	04/2022	4.621	-	18.482	-
Total			13.260	-	53.039	-

18. OUTROS DÉBITOS

	31/12/2017	31/12/2016
Consignações a recolher	5.612	5.920
Depósitos e retenções contratuais	4.255	4.696
Convênio SESI	357	121
Outras contas a pagar	1.193	615
Total	11.417	11.352

19. CONTRATOS DE REPASSE

a) Orçamento Geral do Estado - OGE

Foi assinado contrato 092/ANA/2014 - PRODES entre a Agência Nacional das Águas - ANA e a Companhia, que tem por finalidade a transferência de recursos a título de compra de esgoto tratado no município de Erechim. Os valores são transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação, e montam R\$4.090 em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016. Historicamente estes valores são capitalizados por determinação do Acionista Controlador.

b) Agência Nacional das Águas - ANA

Foi assinado contrato 092/ANA/2014 - PRODES entre a Agência Nacional das Águas - ANA e a Companhia, que tem por finalidade a transferência de recursos a título de compra de esgoto tratado no município de Erechim. Os valores são transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação, e montam R\$5.142 em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

20. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no passivo, conforme a expectativa de desembolso, na hipótese de sentença ou decisão desfavorável e foram contabilizadas conforme a expectativa de perda "provável", com base na opinião dos Administradores e da Superintendência Jurídica da Companhia.

A provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas é composta como segue:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Trabalhista	Cível e fiscal	Trabalhista	Cível e fiscal
Saldo inicial	431.369	118.515	353.676	76.588
Adições	218.686	8.712	211.048	52.454
Saques/reversões	(121.087)	(6.906)	(148.344)	(12.973)
Despesa financeira	24.362	4.447	14.989	2.446
Saldo final	553.330	124.768	431.369	118.515
Total	678.098	678.098	549.884	549.884
Circulante	117.882	-	104.310	-
Não circulante	560.216	124.768	445.574	118.515

Os depósitos judiciais efetuados em conexão com as provisões podem ser assim representados:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Trabalhista	Cível e fiscal	Trabalhista	Cível e fiscal
Saldo inicial	272.242	-	221.840	-
Adições	232.693	-	217.410	-
Saques/reversões	(177.306)	-	(167.008)	-
Saldo final	327.629	327.629	272.242	272.242
Circulante	109.135	-	108.686	-
Não circulante	218.494	327.629	163.556	272.242

As principais contingências provisionadas são:

Ações trabalhistas

a) Processo 01292.001/86-0 SINDIÁGUA - A origem do processo decorreu da implantação do Plano Cruzado em 1986, quando houve uma redução nominal dos salários pagos pela Companhia, na ordem de aproximadamente 11%, em virtude do imperativo legal que implantou o plano. O Sindicato entrou com uma ação, como substituto processual tendo obtido ganho de causa. Foi realizado um acordo parcial em 1989, onde os valores foram recompostos na folha de pagamento e os atrasados tiveram um acordo parcial, onde foram pagos os valores incontroversos. Para os valores controversos a Companhia continua discutindo judicialmente. Essa provisão totaliza, em 31 de dezembro de 2017, R\$71.236 (R\$66.577 em 31 de dezembro de 2016).

b) Outras reclamatórias trabalhistas - Estas se referem a reclamatórias movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 2.269 ações. Em 31 de dezembro de 2017 a provisão referente a outras reclamatórias trabalhistas totaliza R\$482.094 (R\$364.792 em 31 de dezembro de 2016).

c) Dentre as ações trabalhistas, existem aquelas com prognósticos de perdas possíveis para as quais a Companhia não constituiu provisão, no valor de R\$264.788 em 31 de dezembro de 2017 (R\$217.395 em 31 de dezembro de 2016).

Ações cíveis e fiscais

a) Ação ENC Empreiteira de Obras Ltda. (e como solidária Andrade Gutierrez) - No primeiro trimestre de 2013 a Companhia recebeu uma notificação nº 026/1.06.0003391-7 referente a processo movido pela Empreiteira de Obras Ltda. contra a CORSAN e Construtora Andrade Gutierrez S/A, na qual a demandada buscou a condenação da Construtora Andrade Gutierrez S/A ao pagamento de quantia atinente ao desequilíbrio econômico financeiro do contrato de subempreitada firmado pelas mesmas para a execução da obra de construção do projeto denominado Lago Dourado. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$4.668 (R\$4.668 em 31 de dezembro de 2016).

b) Em 29 de agosto de 2012 a CORSAN recebeu o Auto de Infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil, no total de R\$4.648 a título de IRPJ e CSLL sobre exclusões indevidas do lucro líquido, de valores contabilizados devidos à Fundação CORSAN, processo nº 11080730926/2012-49. A Companhia protocolou Processo Administrativo de Impugnação, o qual ainda não foi julgado. A Companhia possui provisão para a totalidade do valor questionado, a qual totaliza R\$5.890 em 31 de dezembro de 2017 (R\$5.890 em 31 de dezembro de 2016).

c) Outras reclamatórias - As ações referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, e transitam tanto no Juizado Especial Cível - JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Num segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações civis públicas, ações cominatórias, ações populares, entre outras. As ações fiscais referem-se, principalmente, à cobrança do uso do solo e de ISSQN por parte dos municípios. Ao todo a Companhia é parte em 2.101 ações para as quais está provisionado em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$114.210 (R\$107.957 em 31 de dezembro de 2016).

d) A Companhia, também, é demandada judicialmente em ações cíveis e fiscais para as quais não foram constituídas provisões, por terem prognósticos de perdas possíveis, no valor de R\$215.056 em 31 de dezembro de 2017 (R\$170.410 em 31 de dezembro de 2016).

21. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

	31/12/2017	31/12/2016
Plano de benefício definido	612.677	361.145
Sistema de assistência IPE-SAÚDE	73.634	72.871
Incentivo à demissão voluntária	242.100	266.490
Total	928.411	700.506

Contribuição esperada para a patrocinadora

	2018	2017
Plano de benefício definido	115.283	47.090
Sistema de assistência IPE-SAÚDE	2.446	2.346
Incentivo à demissão voluntária	52.718	66.350
Total	170.447	115.786

a) Plano de aposentadoria

O plano de benefícios "BD n° 001", é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido administrado pela Fundação CORSAN, destinado aos empregados e ex-empregados da patrocinadora CORSAN, tendo como objetivo complementar o salário real médio, sobre os quais incidirão contribuição para o plano, dos últimos anos de atividade em relação ao valor base do benefício atribuído pelo regulamento à previdência social (teto Fundação CORSAN).

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos participantes são os seguintes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, pecúlio por morte, auxílio-doença, pensão, auxílio-reclusão e abono anual. Os benefícios, calculados com base na média das últimas remunerações dos participantes e no valor de referência do teto Fundação CORSAN, são reajustados no mês de maio de cada ano, pelo indexador atuarial do plano (INPC).

Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes a apuração do passivo (ativo):

Conciliação dos (ativos) e passivos reconhecidos

	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações atuariais	2.289.511	1.779.259
Valor justo dos ativos do plano	(1.591.839)	(1.313.128)
Passivo (ativo) atuarial líquido total reconhecido	697.672	466.131
Contratos de débitos do empregador com o plano (nota 23.b)	(84.995)	(104.986)
Passivo atuarial provisionado	612.677	361.145

A Companhia possui contratos de reconhecimento de débitos para com o plano de benefício definido da patrocinadora Fundação CORSAN no valor de R\$84.995 em 31 de dezembro de 2017 (R\$104.986 em 31 de dezembro de 2016).

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2017 e 2016 foi a seguinte:

Movimentação do passivo (ativo) atuarial

	2017	2016
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do ano	466.131	158.085
Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	63.137	116.679
Contribuições do empregador vertidas no ano	(83.577)	(79.056)
Outros resultados abrangentes	251.981	270.423
Passivo (ativo) atuarial líquido no final do ano	697.672	466.131

A origem da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício de 2017, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2018 são explicadas no quadro a seguir:

	2018	2017
Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	46.029	32.416
Contribuições esperadas	(115.283)	(54.548)
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	210.879	225.719
Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano	(149.677)	(140.450)
Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	(8.052)	63.137

Evolução do valor presente das obrigações atuariais

	2017	2016
Valor das obrigações atuariais no início do ano	1.779.259	1.441.419
Custo do serviço corrente bruto	32.416	21.706
Juros sobre obrigação atuarial	225.719	193.246
Benefícios pagos no ano	(83.210)	(141.552)
(Ganhos) perdas atuariais	335.327	428.859
Valor das obrigações atuariais no final do ano	2.289.511	1.943.678

Evolução do valor justo dos ativos

	2017	2016
Valor justo dos ativos no início do ano	1.313.128	1.196.328
Benefícios pagos durante o exercício	(83.210)	(141.552)
Contribuições de participantes vertidas durante o exercício	54.548	54.785
Contribuições de empregador vertidas durante o exercício	83.577	79.056
Rendimento esperado dos ativos no ano	140.450	43.488
(Ganhos) perdas atuariais	83.346	81.023
Valor justo dos ativos no fim do ano	1.591.839	1.313.128

b) Sistema de assistência à saúde IPE-SAÚDE

A cobertura relativa ao Sistema de assistência é realizada através de contrapartida financeira estabelecida no "Termo de Contrato de Prestação de Serviços" celebrado entre a patrocinadora CORSAN e o IPE - Instituto de Previdência do Estado do RS.

A contrapartida financeira mensal da Companhia para o IPE-SAÚDE corresponde a 10,44% incidente sobre o salário de contribuição dos servidores vinculados à CORSAN. Pelo acordo coletivo da Companhia, fica garantido que 50% desse mesmo percentual serão extensivos aos servidores que estão em gozo de benefício de aposentadoria pela Fundação CORSAN.

Seguem resultados da avaliação atuarial referentes a apuração do passivo (ativo) a ser contabilizado:

Conciliação dos (ativos) e passivos reconhecidos

	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações atuariais	73.634	72.871
Passivo atuarial provisionado	73.634	72.871

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2017 e 2016 foi a seguinte:

	2017	2016
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do ano	72.871	53.790
Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	9.630	8.180
Contribuições do empregador vertidas no ano	(13.127)	(11.049)
Outros resultados abrangentes	4.260	21.950
Passivo (ativo) atuarial líquido no final do ano	73.634	72.871

A origem da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício de 2017, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2018, são explicadas no quadro a seguir:

	2018	2017
Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	2.283	1.878
Contribuições esperadas	(2.446)	-
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	6.965	7.752
Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	6.802	9.630

Evolução do valor presente das obrigações atuariais

	2017	2016
Valor das obrigações atuariais no início do ano	72.871	53.790
Custo do serviço corrente bruto	1.878	1.306
Juros sobre obrigação atuarial	7.751	6.874
Benefícios pagos no ano	(13.127)	(11.049)
(Ganhos) perdas atuariais	4.261	21.950
Valor das obrigações atuariais no final do ano	73.634	72.871

c) Incentivo à demissão voluntária

A CORSAN mantém um benefício de Incentivo à Demissão Voluntária aos funcionários, conforme estabelecido no Acordo Coletivo Intersindical 2016 - 2017. A referida vantagem permaneceu aberta para novas adesões até 31 de dezembro de 2016. A CORSAN dispõe de um prazo de 30 meses para efetivar o desligamento. Ao final do exercício de 2017 há 174 adesões aguardando efetivo desligamento.

Para recebimento do benefício, o participante deve cumprir os seguintes requisitos, cumulativamente:

c.1) Indenização de pagamento único

- Aderir ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2016;
- Ter 54 anos de idade completos ou mais;
- Possuir mais de 20 anos de vínculo empregatício com a CORSAN.

O valor da indenização dependerá da idade do empregado na data de adesão ao PDV, não podendo exceder ao teto de R\$296.838 conforme segue:

- 54 anos: 21 remunerações base;
- 55/56 anos: 19 remunerações base;
- 57/58 anos: 17 remunerações base;
- 59 ou mais: 16 remunerações base.

c.2) Indenização mensal

- 54 anos: 21 remunerações base;
- Ter concedida aposentadoria pela Previdência Social;
- Estar vinculado a Fundação CORSAN, há pelo menos 5 anos, de forma que venha a cumprir o período de carência de 10 anos nos próximos 60 meses;
- Estar desligado da CORSAN.

A Indenização mensal é limitada em até 62 meses ou no momento em que os empregados completem as carências junto da Fundação CORSAN, o que ocorrer primeiro.

Seguem resultados da avaliação atuarial referentes a apuração do passivo(ativo) a ser contabilizado:

	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações atuariais	242.100	266.490
Passivo (ativo) atuarial provisionado	242.100	266.490

Para fins de registro contábil da CORSAN, a movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2017 e 2016 foi a seguinte:

	2017	2016
--	------	------



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O retorno dos investimentos da Fundação CORSAN em 2017 foi de R\$151.498 (R\$191.335 em 2016).

A média ponderada da alocação dos ativos por categoria de ativo é a seguinte:

Segmento	Alocação dos ativos em 31 de dezembro em %		Alocação dos ativos conforme determinação da Lei 3.792/2009 percentagem ou faixa de percentagem	Limite
	2017	2016		
Renda fixa	82,17%	87,58%	100%	100%
Renda variável	5,91%	3,41%	70%	70%
Investimentos estruturados	3,75%	0,35%	20%	20%
Carteira de imóveis	5,24%	5,51%	8%	8%
Empréstimos	2,92%	3,14%	15%	15%
Disponível	0,01%	0,01%	-	-
Fundo garantidor	100%	100%		

Em 01 de maio de 2011, foi reformulado o Plano de Demissão Voluntária - PDV, com prazo para adesão de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2016, onde até 31 de dezembro de 2016, 1.590 funcionários aderiram ao plano. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, 184 funcionários já haviam se desligado da Companhia. No exercício a despesa com desligamento foi de R\$66.574 (R\$63.311 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, um ajuste líquido na avaliação atuarial entre as provisões do plano de benefício pós-emprego, "IPE SAÚDE" e "PAI/SPP" de R\$8.342. Esse ajuste foi realizado com base no laudo técnico preparado pelo atuário externo da Companhia, atualizado para esta data base.

Estrutura jurídica
A Fundação CORSAN caracteriza-se como entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada, constituída sob forma de fundação pela Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN.

Gestão de investimentos
A gestão dos fundos de investimentos da Fundação CORSAN está estruturada na forma de gestão própria e terceirizada. Sendo gestão dos fundos de investimentos totalmente terceirizada e a gestão de imóveis e empréstimos realizada pela própria Fundação CORSAN.

Política de investimentos
A Fundação CORSAN planeja e acompanha seus investimentos, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, bem como em conformidade com sua política de investimentos. O processo de planejamento e revisão da PI é anual, e se inicia no mês de outubro, com reuniões entre a área de investimentos, o Comitê de investimentos, a Consultoria financeira e a Diretoria executiva. Depois de estruturada a PI é submetida pela Diretoria executiva ao Conselho Deliberativo para aprovação.

Fontes de recursos
A Fundação CORSAN obtém recursos decorrentes de:
Contribuição de participantes ativos e assistidos;
Contribuição mensal das patrocinadoras, principalmente da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN;
Receitas de aplicações do patrimônio.

Gestão de recursos
A Fundação CORSAN delega à Instituições financeiras, criteriosamente selecionadas, a gestão de parte de seus recursos, realizando acompanhamento diário destes gestores e fundos de investimentos.

Custeio administrativo
A definição das fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas é de competência do Conselho Deliberativo, e deverão estar expressamente previstas no plano de custeio e no orçamento anual.

Despesas de administração do plano
As despesas de administração do plano de benefício são cobertas, paritariamente, por uma parcela de contribuições dos participantes ativos e patrocinadoras. No exercício de 2017 as despesas de administração somaram 8% sobre a base de contribuições aprovada pelo Conselho Deliberativo.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social da Companhia é de R\$939.148, estando assim representado:

Acionistas	Ações		Total ações	Capital total (%)	Capital votante (%)	Ações preferenciais (%)
	ordinárias	preferenciais				
Estado do Rio Grande do Sul	306.756.796	306.756.796	613.513.592	99,99999348018	99,99999348018	99,99999348018
Prefeitura Municipal de Estrela	5	5	10	0,00000162996	0,00000162996	0,00000162996
Prefeitura Municipal de Carazinho	3	3	6	0,00000097797	0,00000097797	0,00000097797
Prefeitura Municipal de São Marcos	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Muçum	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Rosário do Sul	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Lajeado	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Quaraí	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Total	306.756.816	306.756.816	613.513.632	100,00000000000	100,00000000000	100,00000000000

Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, na forma prevista em lei. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foram outorgados planos de opções de compra de ações. Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de capital
As reservas de capital compreendem doações de instalações e equipamentos de particulares e órgãos públicos. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a partir de 2008, as referidas doações passaram a ser registradas no resultado do exercício, e após transitarem no resultado, as doações de órgãos públicos são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

c) Outros resultados abrangentes
A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado nos exercícios de 1989, 1990, 1993 e 1994. Em contrapartida foi constituída reserva de reavaliação no patrimônio líquido, sendo que a realização se dá através de depreciação e baixas dos respectivos bens, cujo total em 31 de dezembro de 2017 monta R\$72.659 (R\$74.414 em 31 de dezembro de 2016) líquida de efeitos tributários. Com a aplicação do ICP/DI - Contratos de concessão o saldo residual de imobilização, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009 e, a reserva de reavaliação, transferida para a conta de "outros resultados abrangentes". Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou somente no caso de alienação ou baixa do ativo. O valor realizado contra lucros acumulados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 totalizou R\$1.755, líquido dos efeitos tributários (R\$1.914 em 31 de dezembro de 2016). Conforme previsto pela Deliberação CVM nº 695/2012, os eventuais ativos ou passivos decorrentes de ganhos ou perdas atuariais passaram a ser reconhecidas nas demonstrações financeiras na conta de outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui registrado um ganho atuarial de R\$82.473 líquidos dos efeitos de créditos tributários (R\$73.449 registrado como perda em 31 de dezembro de 2016).

d) Remuneração aos acionistas
O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido no mínimo 25% será destinado aos acionistas como dividendo. Para o exercício de 2017, conforme ata de Reunião de Diretoria nº 69, ratificado pelo Conselho de Administração em reunião dia 22/11/2017, foi deliberado que do Lucro Líquido Ajustado 37% (trinta e sete por cento) será destinado aos acionistas como dividendos, na proporção das ações que os mesmos possuem.

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	382.678	207.872
(-) Reserva legal (5%)	(19.134)	(10.394)
(-) Ajustes lei nº 12.973/14	(627)	204
(-) Reserva de incentivos fiscais	(95)	(143)
Base de cálculo para dividendos	362.822	197.539
Dividendos	10.270	-
Juros sobre capital próprio (25%) atribuído ao dividendo	90.705	49.385
Juros sobre capital próprio atribuído ao dividendo	33.269	-
Juros sobre capital próprio	-	62.436
Total dos juros e dividendos distribuídos	134.244	111.821

Para apuração dos dividendos foram considerados os métodos e critérios contábeis vigentes, conforme estabelece a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014.

As ações preferenciais não terão direito a voto, mas gozarão de todos os demais direitos atribuídos às ações ordinárias em igualdade de condições, mais prioridade no reembolso do capital social, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia e dividendos 10% (dez por cento) superiores aos pagos às ações ordinárias, nos termos do inciso II, § 1º, do Artigo 17 da Lei 6404/76.

Os dividendos calculados por ação ordinária e preferencial são conforme o demonstrado a seguir:

Dividendos / Juros sobre o capital próprio	Total Dividendos	JSCP - Valor líquido	Dividendos propostos
Ações ordinárias	63.925	59.035	4.890
Ações preferenciais	70.319	64.939	5.380
Total	134.244	123.974	10.270

De acordo com a Lei nº 9.249/95, a Companhia efetuou no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o registro de juros sobre capital próprio no valor de R\$123.974 (R\$111.821 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016), utilizando como base a taxa de juros de longo prazo - TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido observado o limite de 50% do somatório dos lucros acumulados e reservas de lucros. Conforme previsto pela legislação fiscal, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$42.151 (R\$38.019 em 31 de dezembro de 2016) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

Para fins de adequação à Deliberação CVM nº 683/12 o valor dos juros sobre capital próprio é registrado no Patrimônio Líquido. A Companhia imputou parte do valor líquido dos juros creditados a título de remuneração do capital próprio aos dividendos líquido do Imposto de renda retido na fonte.

e) Reservas de lucros
Reserva legal
Conforme a Lei das Sociedades por Ações, e constituída à base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, estando limitada a 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais
A reserva de incentivos fiscais compreende as doações de instalações e equipamentos de órgãos públicos.

Reserva de retenção de lucros
Esse valor corresponde ao lucro remanescente apurado após as destinações para reserva legal, de incentivos fiscais e dividendos acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados. Os recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de sistemas de esgoto e desenvolvimento institucional de forma a atender aos projetos previstos no orçamento da Companhia, com base em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

Reservas de lucros	31/12/2017	31/12/2016
Reserva legal	106.896	87.762
Reserva de incentivos fiscais	1.754	1.659
Reserva de retenção de lucros	926.957	695.997
Total	1.035.607	785.418

f) Adiantamento para futuro aumento de capital
Com base em faculdade prevista pelo Estatuto Social da Companhia, a Companhia mantém registrado como adiantamento para futuro aumento de capital o montante de R\$31.911 em 31 de dezembro de 2017 (R\$19.330 em 31 de dezembro de 2016), oriundo de repasse de recursos do Orçamento Geral da União - OGU e Fundação Nacional da Saúde - FUNASA. Os adiantamentos foram classificados no patrimônio, por terem caráter irreversível.

23. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a) Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações entre a CORSAN e o Estado do Rio Grande do Sul:

	31/12/2017	31/12/2016
Contas de água e esgoto - saldo a receber	18.217	17.774
Aplicações no caixa único do Estado	3.823	157
Juros sobre o capital próprio a pagar para o Governo do Estado	(230.926)	(169.362)
Dividendos propostos a pagar para o Governo do Estado	(10.270)	-

Criado pelo Decreto nº 33.959 de 31 de maio de 1991, o Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado - SIAC determina que os órgãos da Administração direta e indireta centralizem no Tesouro Estadual as disponibilidades de recursos em suas contas bancárias. Os recursos depositados são remunerados com base nos rendimentos dos títulos que compõe a Dívida Pública Estadual.

b) Fundação CORSAN

Composição da Dívida	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Contrato 1298	INPC	6% a.a	31/03/18	1.259	3.720	-	754
Contrato 122001	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP-DI	6% a.a	21/12/20	19.861	19.434	34.937	50.075
Contrato 122005	(*)		01/09/19	15.336	12.503	13.602	18.500
Total				36.456	35.657	48.539	69.329

(*) O contrato 122005 é revisado anualmente através de cálculos atuariais.

Os contratos referem-se a parcelamentos de custo de serviço passado e estão garantidos pela arrecadação da receita tarifária de água e esgoto até o limite das obrigações (principal e encargos). Em 31 de dezembro de 2017, o montante dos compromissos com a Fundação CORSAN, no não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor
2019	31.830
2020	16.709
Total	48.539

c) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS
Os valores devidos à PROCERGS referem-se ao contrato de prestação de serviços na área de tecnologia da informação. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2017 é de R\$3.117 (R\$3.085 em 31 de dezembro de 2016).

24. RECEITA LÍQUIDA

A CORSAN opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A receita líquida de serviços, apresenta a seguinte composição:

	31/12/2017	31/12/2016
Serviços de abastecimento de água	2.407.857	2.195.204
Serviços de esgoto	158.439	140.493
Receitas de construção	232.328	205.191
Impostos sobre receita serviços	(233.443)	(216.880)
Total	2.565.181	2.324.008

25. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Despesas por natureza	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal	966.529	947.136
Materiais	96.532	75.377
Energia elétrica	212.477	215.733
Serviços de terceiros	277.519	267.623
Gerais	123.109	109.862
Depreciações e amortizações	118.298	105.443
Provisões	96.194	227.163
Custos de construção	227.837	201.009
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(18.773)	(36.025)
Total	2.099.722	2.113.321
Classificados como:		
Custos dos serviços	1.585.867	1.520.411
Despesas comerciais	111.940	105.741
Despesas administrativas	420.688	523.194
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(18.773)	(36.025)
Total	2.099.722	2.113.321

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras	116.330	119.633
Acréscimos por inadimplementos	30.012	27.442
Variações monetárias ativas	26.937	20.697
Receitas financeiras pela realização de AVP	42.454	36.706
Variações cambiais ativas	4.600	19.005
Outras receitas financeiras	12.327	15.783
Despesas financeiras	(75.870)	(75.536)
Juros e taxas sobre financiamentos	(10.280)	(11.032)
Juros e taxas sobre outras obrigações	(8.332)	(10.217)
Variações monetárias passivas	(52.482)	(45.425)
Variações cambiais passivas	(4.776)	(8.862)
Resultado financeiro líquido	40.460	44.097

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Todas as operações são integralmente reconhecidas na contabilidade. As avaliações de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como, gerenciamento de riscos estão relatados a seguir:

a) Instrumentos financeiros
Em 31 de dezembro de 2017, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa - está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço. As aplicações mantidas pela companhia como equivalentes de caixa são de liquidez imediata e têm risco insignificante de mudança de seus valores;

Aplicações financeiras - referem-se, substancialmente, a fundos de investimento de renda fixa e aplicações junto ao SIAC (Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado), com liquidez diária;

Contas a receber - decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registradas pelos seus valores originais, ajustadas por perdas estimadas para credores de liquidação duvidosa;

Ativos financeiros - referem-se a valores a serem indenizados pelo poder concedente, relativos aos contratos de programa não renovados;

Contas a pagar - decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações monetárias, quando aplicável;

Empréstimos e financiamentos e debêntures - são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis na data do balanço;

Dívidas com a Fundação CORSAN - estão contabilizadas pelos seus valores contratuais, conforme descrito na nota 23.b.

A Companhia adota a técnica de mensuração a valor justo e comparação de preços e valores observados no mercado (nível 2). Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima dos valores registrados contabilmente. O valor justo dos instrumentos financeiros é apurado conforme descrito na nota 2.10.

b) Instrumentos financeiros derivativos
A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar instrumentos financeiros derivativos, tais como os contratos a termo, swaps, opções, futuros, swaps com opção de arrendamento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos, derivativos exóticos e todas as demais operações com derivativos, independente da forma como sejam contratados.

c) Gerenciamento de riscos
Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição.

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

i) Risco de crédito:
A Companhia está potencialmente sujeita ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras e contas a receber. Dentre os procedimentos adotados para minimizar os potenciais riscos financeiros e comerciais, destacamos: a seletividade das instituições financeiras e monitoramento constante dos valores a receber de clientes. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total das contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

ii) Risco de liquidez:
Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros			
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	58.725	190.135	337.797	586.657
Parcelamento de impostos e contribuições	14.719	60.862	20.287	95.868
Debêntures	9.322	24.383	-	33.705
Fornecedores	118.290	145	-	118.435
Dívidas Fundação CORSAN	38.643	55.234	-	93.877
Total	239.699	330.759	358.084	928.542

iii) Risco de mercado:
Risco de taxa de juros: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.
Risco de taxas de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira e o saldo passivo de contratos de financiamentos com indexador em moeda estrangeira. Não há outros ativos ou passivos indexados a moedas estrangeiras. A Companhia avalia sua exposição cambial de



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Bannrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, fornecedores e outros exigíveis, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado abaixo.

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos	14	443.788	455.691
Parcelamento de impostos e contribuições	17	66.299	-
Debêntures	15	31.790	40.181
Fornecedores	16	118.420	126.344
Dívida Fundação CORSAN	23.b	84.995	104.986
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(24.470)	(30.586)
(-) Aplicações financeiras	5	(115.201)	(68.426)
Dívida líquida		605.621	628.190
Patrimônio e adiantamentos		2.014.000	1.908.907
Capital social e dívida líquida		2.619.621	2.537.097
Quociente de alavancagem		23.12%	24,76%

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2017.

Flavio Ferreira Presser
Diretor Presidente

Marcus Vinicius Vieira de Almeida
Diretor Administrativo

Jorge Luiz Costa Melo
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Eduardo Barbosa Carvalho
Diretor de Operações

Marcus Vinicius Caberlon
Diretor de Expansão

Luciano Eli Martin
Diretor Comercial

Graziela Bohn Flores
Superintendente de Contabilidade
Contadora CRC/RS nº 070280/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Ilmos. Srs.
Conselheiros, Diretores e Acionistas da
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Porto Alegre - RS

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase
• **Seguros**
Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, a Companhia não possui cobertura de seguro em vigência que garanta indenização em caso de eventual sinistro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

• **Fundação CORSAN - FUNCORAN**
Conforme nota explicativa nº 21 a CORSAN é patrocinadora de um Plano de Benefícios de Entidade Fechada de Previdência Complementar, denominado BD nº 001, administrado atualmente pela Fundação CORSAN, cujas demonstrações financeiras são auditadas por outros auditores independentes. Até a presente data a CORSAN, ainda, não havia recebido o Relatório do Auditor Independente referente às demonstrações financeiras da Fundação, para o exercício de findo em 31 de dezembro de 2017. Não obstante, por se tratar de um plano que reúne benefícios e contribuições definidas, o relatório de atuário responsável aponta situação deficitária e Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário, porém não necessitando, no exercício subsequente, a adoção de qualquer medida para o equacionamento do déficit, o que oneraria a patrocinadora e os beneficiários. Nossa opinião não apresenta modificação em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria
Em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• **Reconhecimento das receitas a faturar**
Parte das receitas reconhecidas pela Companhia refere-se a serviços prestados e não faturados aos consumidores finais ("receitas a faturar"), uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucede ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 72.221 mil em 31 de dezembro de 2017 e está divulgado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras.
O cálculo da receita não faturada foi um assunto significativo para a nossa auditoria da Companhia devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da Administração acerca da estimativa de consumo pelos consumidores, a fim de garantir que a receita seja contabilizada na competência correta.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a avaliação dos controles internos implementados pela Companhia para o cálculo da receita não faturada, incluindo a compreensão e documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Administração. Utilizamos, também, os nossos especialistas em auditoria de sistemas para testar a integridade e precisão dos dados e relatórios extraídos do sistema de faturamento e que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada, além do recálculo destas receitas.
Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

• **Riscos trabalhistas, cíveis e fiscais**
Conforme divulgado na nota explicativa nº 20, a Companhia é parte em diversos processos fiscais, trabalhistas e cíveis, cujo valor agregado totaliza R\$ 479.844 mil em 31 de dezembro de 2017, para os quais não foi constituída provisão para perdas considerando que a sua probabilidade de perda foi avaliada como possível, pelos seus consultores jurídicos. Desse montante, R\$ 215.056 mil se referem a ações de natureza cíveis e fiscais.
Focamos nesta área devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao grau de julgamento envolvido na determinação se uma provisão deve ser constituída, sua estimativa de valor e a probabilidade de desembolso financeiro, bem como pela complexidade dos assuntos e do ambiente tributário no Brasil.
Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a utilização de especialistas para auxiliar na avaliação das opiniões legais obtidas pela Companhia, bem como na realização de reuniões periódicas com a Administração e revisão das atas do Conselho de Administração para discutir a evolução dos principais processos judiciais em aberto. Também obtivemos cartas de confirmação dos consultores jurídicos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca das causas em aberto com as posições consideradas pela Administração.
Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esses assuntos que estão mencionados nas notas explicativas nºs 2.11 e 20 às demonstrações financeiras e, especificamente sobre as contingências mais significativas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Avaliamos as premissas e os julgamentos feitos pela administração para a mensuração dessas contingências, considerando os critérios e a política contábil de reconhecimento desses riscos adotados pela Companhia. Também obtivemos entendimento da metodologia de provisionamento e questionamos premissas utilizando o conhecimento e experiência de nossos especialistas. Além disso, obtivemos confirmações formais de advogados da Companhia quando apropriado. Consideramos também a adequação das divulgações (notas explicativas nºs "2.11 e 20"), feitas em relação às provisões e contingências dos riscos trabalhistas, cíveis e fiscais.

• **Ativo financeiro e intangível - Infraestrutura da concessão**
Conforme divulgado nas notas explicativas nºs 10 e 12 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui registrado como ativo financeiro e intangível da concessão os montantes de R\$ 458.612 mil e R\$ 2.843.574 mil, respectivamente, que representam a infraestrutura da concessão.
O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia aos consumidores finais, nos termos dos Contratos de Concessão. As definições de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura é passível de julgamento por parte da Administração. Durante o ano de 2017, a Companhia reconheceu em seu ativo investimentos na infraestrutura da concessão o montante de R\$ 318.567 mil. Adicionalmente, a determinação dos gastos que se qualificam como investimento na infraestrutura da concessão também impacta diretamente a avaliação do ativo financeiro da concessão, que representa a parcela dos investimentos efetuados pela Companhia e que não serão completamente amortizados ao final do prazo de concessão, e serão indenizados pelo poder concedente.
Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e avaliação subsequente de gastos com infraestrutura, além da magnitude dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação dos controles internos implementados pela Companhia sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura, incluindo os custos, as políticas estabelecidas pela Administração para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes.
Avaliamos também os valores do ativo financeiro registrados pela Companhia com critérios estabelecidos pelas normas contábeis vigentes. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

• **Redução ao valor recuperável - Impairment**
De acordo com a nota explicativa nº 2.21 os ativos financeiros e não financeiros foram revistos na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Nos estudos elaborados pela Companhia não foi identificado qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável desses ativos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Avaliamos as bases de dados e projeções feitas pela Administração, relativas à geração futura de caixa, previsto no CPC 01 (R1), ressaltando que modelos de projeção estão sempre sujeitos à crítica e à avaliação e que seus resultados refletem opções metodológicas de modelagem. De acordo com os estudos apresentados e o conhecimento de nossos especialistas, obtivemos entendimento de que a metodologia utilizada está adequada às atividades da Companhia.

PARER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, abaixo firmados, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinaram o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras comparativas, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Resultado Abrangente, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, Parecer dos Auditores Independentes relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2017, e Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício. Foi verificada que a proposta do dividendo total relativo ao exercício de 2017, que está sendo encaminhada pela Administração da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN à aprovação dos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em Abril de 2018, contempla o pagamento sob a forma de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio. Os dividendos obrigatórios apurados (37% sobre o lucro) atingiram a cifra de R\$ 134.244 mil, que deduzido o valor de R\$ 123.974 mil, corresponde ao valor de juros sobre o Capital Próprio, já líquido de imposto de Renda Retido na Fonte, corresponde a uma proposta de dividendos de R\$ 10.270 mil, assim demonstrada por ação, R\$ 0,20839 por ação ordinária e R\$ 0,22923 por ação preferencial. Os dividendos, na forma acima identificada, deverão ser pagos, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social, conforme disposição legal contida na Lei 6404/76. Com base nos exames efetuados pelos Auditores Independentes da empresa AUDILINK & CIA. AUDITORES e à vista do Parecer, o Conselho Fiscal declara que os documentos estão aptos à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da CORSAN.

Porto Alegre, 15 de março de 2018.

ROGÉRIO ALVES RIOS

PAULO MARQUES DOS REIS

FRANCISCO LUZARDO DA SILVA GONZALEZ

28. MUDANÇAS NOS PASSIVOS DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

A seguir é apresentada a movimentação das mudanças nos passivos de atividades de financiamento para o exercício de 2017:

	31/12/2016	Fluxo de caixa	Adições	Variações monetárias	Juros	Transferências	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos circulante	53.164	(97.404)	-	217	34.602	66.214	56.793
Debêntures circulante	9.089	(10.772)	-	-	1.747	9.082	9.146
JSCP e dividendos a pagar	169.362	(62.410)	134.244	-	-	-	241.196
Empréstimos e financiamentos não circulante	402.527	47.393	-	3.290	-	(66.215)	386.995
Debêntures não circulante	31.092	-	-	634	-	(9.082)	22.644
Contratos de repasse (FUNASA, ANA)	9.232	-	-	-	-	-	9.232
Adiantamento para futuro aumento de capital	19.330	12.581	-	-	-	-	31.911

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2017.

Flavio Ferreira Presser
Diretor Presidente

Marcus Vinicius Vieira de Almeida
Diretor Administrativo

Jorge Luiz Costa Melo
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Eduardo Barbosa Carvalho
Diretor de Operações

Marcus Vinicius Caberlon
Diretor de Expansão

Luciano Eli Martin
Diretor Comercial

Graziela Bohn Flores
Superintendente de Contabilidade
Contadora CRC/RS nº 070280/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Ilmos. Srs.
Conselheiros, Diretores e Acionistas da
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Porto Alegre - RS

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase
• **Seguros**
Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, a Companhia não possui cobertura de seguro em vigência que garanta indenização em caso de eventual sinistro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

• **Fundação CORSAN - FUNCORAN**
Conforme nota explicativa nº 21 a CORSAN é patrocinadora de um Plano de Benefícios de Entidade Fechada de Previdência Complementar, denominado BD nº 001, administrado atualmente pela Fundação CORSAN, cujas demonstrações financeiras são auditadas por outros auditores independentes. Até a presente data a CORSAN, ainda, não havia recebido o Relatório do Auditor Independente referente às demonstrações financeiras da Fundação, para o exercício de findo em 31 de dezembro de 2017. Não obstante, por se tratar de um plano que reúne benefícios e contribuições definidas, o relatório de atuário responsável aponta situação deficitária e Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário, porém não necessitando, no exercício subsequente, a adoção de qualquer medida para o equacionamento do déficit, o que oneraria a patrocinadora e os beneficiários. Nossa opinião não apresenta modificação em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria
Em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• **Reconhecimento das receitas a faturar**
Parte das receitas reconhecidas pela Companhia refere-se a serviços prestados e não faturados aos consumidores finais ("receitas a faturar"), uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucede ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 72.221 mil em 31 de dezembro de 2017 e está divulgado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras.
O cálculo da receita não faturada foi um assunto significativo para a nossa auditoria da Companhia devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da Administração acerca da estimativa de consumo pelos consumidores, a fim de garantir que a receita seja contabilizada na competência correta.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a avaliação dos controles internos implementados pela Companhia para o cálculo da receita não faturada, incluindo a compreensão e documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Administração. Utilizamos, também, os nossos especialistas em auditoria de sistemas para testar a integridade e precisão dos dados e relatórios extraídos do sistema de faturamento e que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada, além do recálculo destas receitas.
Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

• **Riscos trabalhistas, cíveis e fiscais**
Conforme divulgado na nota explicativa nº 20, a Companhia é parte em diversos processos fiscais, trabalhistas e cíveis, cujo valor agregado totaliza R\$ 479.844 mil em 31 de dezembro de 2017, para os quais não foi constituída provisão para perdas considerando que a sua probabilidade de perda foi avaliada como possível, pelos seus consultores jurídicos. Desse montante, R\$ 215.056 mil se referem a ações de natureza cíveis e fiscais.
Focamos nesta área devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao grau de julgamento envolvido na determinação se uma provisão deve ser constituída, sua estimativa de valor e a probabilidade de desembolso financeiro, bem como pela complexidade dos assuntos e do ambiente tributário no Brasil.
Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a utilização de especialistas para auxiliar na avaliação das opiniões legais obtidas pela Companhia, bem como na realização de reuniões periódicas com a Administração e revisão das atas do Conselho de Administração para discutir a evolução dos principais processos judiciais em aberto. Também obtivemos cartas de confirmação dos consultores jurídicos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca das causas em aberto com as posições consideradas pela Administração.
Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esses assuntos que estão mencionados nas notas explicativas nºs 2.11 e 20 às demonstrações financeiras e, especificamente sobre as contingências mais significativas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Avaliamos as premissas e os julgamentos feitos pela administração para a mensuração dessas contingências, considerando os critérios e a política contábil de reconhecimento desses riscos adotados pela Companhia. Também obtivemos entendimento da metodologia de provisionamento e questionamos premissas utilizando o conhecimento e experiência de nossos especialistas. Além disso, obtivemos confirmações formais de advogados da Companhia quando apropriado. Consideramos também a adequação das divulgações (notas explicativas nºs "2.11 e 20"), feitas em relação às provisões e contingências dos riscos trabalhistas, cíveis e fiscais.

• **Ativo financeiro e intangível - Infraestrutura da concessão**
Conforme divulgado nas notas explicativas nºs 10 e 12 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui registrado como ativo financeiro e intangível da concessão os montantes de R\$ 458.612 mil e R\$ 2.843.574 mil, respectivamente, que representam a infraestrutura da concessão.
O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia aos consumidores finais, nos termos dos Contratos de Concessão. As definições de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura é passível de julgamento por parte da Administração. Durante o ano de 2017, a Companhia reconheceu em seu ativo investimentos na infraestrutura da concessão o montante de R\$ 318.567 mil. Adicionalmente, a determinação dos gastos que se qualificam como investimento na infraestrutura da concessão também impacta diretamente a avaliação do ativo financeiro da concessão, que representa a parcela dos investimentos efetuados pela Companhia e que não serão completamente amortizados ao final do prazo de concessão, e serão indenizados pelo poder concedente.
Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e avaliação subsequente de gastos com infraestrutura, além da magnitude dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação dos controles internos implementados pela Companhia sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura, incluindo os custos, as políticas estabelecidas pela Administração para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes.
Avaliamos também os valores do ativo financeiro registrados pela Companhia com critérios estabelecidos pelas normas contábeis vigentes. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

• **Redução ao valor recuperável - Impairment**
De acordo com a nota explicativa nº 2.21 os ativos financeiros e não financeiros foram revistos na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Nos estudos elaborados pela Companhia não foi identificado qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável desses ativos.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Avaliamos as bases de dados e projeções feitas pela Administração, relativas à geração futura de caixa, previsto no CPC 01 (R1), ressaltando que modelos de projeção estão sempre sujeitos à crítica e à avaliação e que seus resultados refletem opções metodológicas de modelagem. De acordo com os estudos apresentados e o conhecimento de nossos especialistas, obtivemos entendimento de que a metodologia utilizada está adequada às atividades da Companhia.

• **Créditos fiscais**
Os créditos fiscais oriundos de diferenças temporárias são registrados na medida em que a Administração considera provável que haverá lucro tributário futuro. A projeção de lucro tributário futuro contém diversas premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela Administração. Conforme está divulgado na nota explicativa nº 8 a Companhia possui registrado como crédito fiscal diferido o montante de R\$ 403.498 mil. Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário futuro poderia modificar significativamente os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Testamos a efetividade dos principais controles estabelecidos pela Administração para apuração dos créditos fiscais, seu registro nos termos das normas contábeis que incluem a necessidade de análise das perspectivas de realização desses créditos, mediante projeções de lucros tributários futuros, para a Companhia.
Realizamos testes de desenho e a efetividade dos principais controles sobre as respectivas divulgações, bem como, comparamos as premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados futuros com informações de projeções macroeconômicas divulgadas no mercado e com dados históricos para corroborar a consistência das estimativas.
Consideramos que as premissas adotadas pela Administração são apropriadas e consistentes com as divulgações em notas explicativas.

• **Benefícios concedidos a empregados**
Em 31 de dezembro de 2017, os valores provisionados no balanço patrimonial divulgado na nota explicativa nº 21, somavam o montante de R\$ 928.411 mil. O valor desse passivo atuarial é determinado por cálculos atuariais elaborados por atuário independente contratado pela administração da Companhia, líquido dos ativos garantidores. O cálculo é efetuado com base em premissas atuariais e informações cadastrais sobre participantes dos planos de pensão e assistência médica. Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância do saldo provisionado no balanço patrimonial referente a benefícios concedidos a empregados e julgamentos significativos em relação às premissas dos planos de benefícios.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Nossa abordagem de auditoria considerou o entendimento dos principais controles relacionados ao processo de mensuração do passivo atuarial e testes da efetividade dos controles considerados chave. Adicionalmente, nossa resposta de auditoria considerou testes de detalhes sobre as informações individuais cadastradas nos bancos de dados usados para o cálculo do passivo atuarial. As evidências de auditoria, consideradas necessárias, foram também obtidas por meio de testes das bases de dados de participantes ativos e assistidos dos planos de pensão e assistência médica. Outros aspectos relevantes da nossa abordagem de auditoria incluíram a avaliação das premissas-chave que suportam o cálculo do passivo atuarial, tais como projeções de crescimento salarial, tábuas de mortalidade e invalidez, custos médicos e estimativa da taxa de desconto. Esses procedimentos foram executados com o apoio da nossa equipe de especialistas em cálculos atuariais e incluíram ainda a revisão da coerência lógica e consistência aritmética do modelo utilizado para estimar o valor do passivo atuarial, avaliação da competência técnica do atuário externo independente responsável por preparar o cálculo atuarial e revisão da conciliação do laudo atuarial com os saldos das demonstrações financeiras da Companhia. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação do valor do passivo atuarial, bem como as divulgações em notas explicativas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Outros Assuntos
Informação suplementar - Demonstração do valor adicionado
A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Eldorado do Sul, 12 de março de 2018.

AudiLink & Cia. Auditores
CRC-RS 003688/F-0

Roberto Caldas Bianchessi
Contador CRC/RS 040078/O-7-S-RS

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os abaixo-assinados, membros do Conselho de Administração da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e a Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e considerando os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, deliberam favoravelmente sobre os referidos documentos e propõem sua aprovação por parte dos Acionistas da Companhia.

Porto Alegre, 15 de março de 2018.

AUGUSTO ARNOLD FILHO
Presidente do Conselho